



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XII (2011)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

As fortalezas manuelinas do Índico: características e antecedentes

Pedro de Aboim Inglês Cid

Como Citar | How to Cite

Cid, Pedro de Aboim Inglês. 2011. «As fortalezas manuelinas do Índico: características e antecedentes». *Anais de História de Além-Mar* XII: 9-42. <https://doi.org/10.57759/aham2011.37218>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2011. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2011. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

AS FORTALEZAS MANUELINAS DO ÍNDICO: CARACTERÍSTICAS E ANTECEDENTES*

por

PEDRO DE ABOIM INGLEZ CID**

No contexto geral da Expansão portuguesa, a chegada à Índia, por via marítima, em 1498, representou o culminar de uma longa demanda. Todavia, ao êxito náutico e aos progressos na descoberta geográfica rapidamente se sobrepôs a necessidade de garantir o controlo à distância desses territórios recém-alcançados. Foi o inaugurar de uma das grandes rotas mercantis e de intercâmbio civilizacional da história da humanidade; e, se é inegável que tal só se tornou possível graças à eficiente máquina administrativa então montada a partir do Reino, saliente-se que houve um outro factor absolutamente determinante desse sucesso: a superioridade tecnológica que Portugal alardeou no seu equipamento naval e nos seus meios de combate. Entre estes, para lá do armamento propriamente dito, há que incluir as obras de arquitectura militar, que aqui são objecto de discussão, pois é bem sabido que, na viragem do século xv para o xvi, as práticas fortificadoras em uso no País passam por um marcado processo evolutivo, o que gerou soluções bastante avançadas e originais que vieram a encontrar campo de aplicação natural nos domínios de Além-Mar.

Assim sendo, afigura-se útil ensaiar uma leitura crítica dos modelos de fortaleza que Portugal difundiu pela Índia e regiões vizinhas no reinado de D. Manuel I (1495-1521). Para tanto, levar-se-á também em conta o reinado de D. João II (1481-1495) – um tempo de charneira para a nossa arquitectura militar, embora com resultados evidentemente restritos à metrópole e ao espaço do Atlântico.

* Comunicação apresentada ao Colóquio «A Governação da Índia: Concepções e Práticas no Reinado de D. Manuel I», que teve lugar no Convento da Arrábida, com organização do Centro de História de Além-Mar da FCSH-UNL e da Fundação Oriente, em 2002. Julgamos que o tempo entretanto decorrido não retirou interesse nem ao tema em si nem às ideias expostas.

** Instituto de História da Arte da FCSH-UNL. Actualmente, é bolseiro de doutoramento da FCT. O «Livro das Fortalezas» de Duarte de Armas constitui o seu tema de tese, a qual tem orientação do Professor Doutor Rafael Moreira.

A crónica das *Lendas da Índia*

Como fonte de informação primordial, socorremo-nos das *Lendas da Índia*, uma obra quinhentista por vezes tida por controversa mas sempre tão fascinante, quer pela riqueza que o seu autor, Gaspar Correia, empresta à descrição de um mundo que sentiu e conheceu de muito perto (lembre-se que ele desempenhou as funções de escrivão de Afonso de Albuquerque mal chegou a terras asiáticas), quer ainda pelo testemunho – de incomparável valor – das respectivas imagens¹.

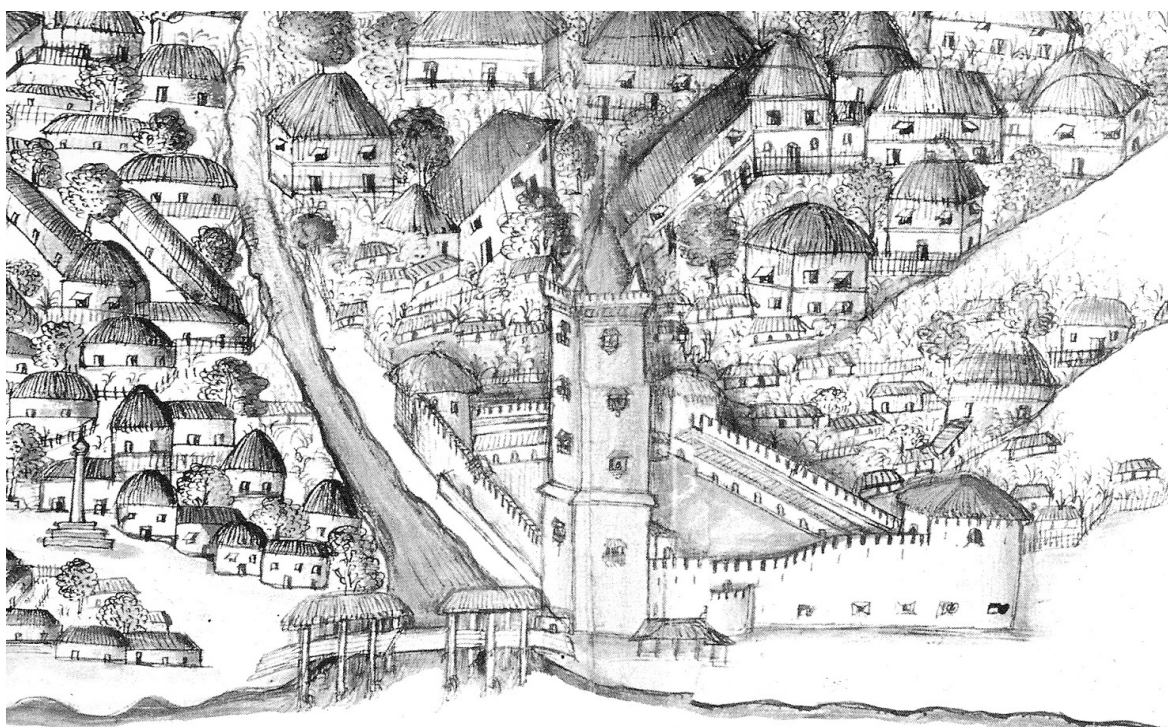


Fig. 1 — Desenho da Fortaleza de Malaca, por Gaspar Correia (*Lendas da Índia*, ANTT).

Comecemos por examinar estas últimas. Trata-se de desenhos fundamentalmente de fortificações em que, conforme já foi assinalado², se acusa um notório paralelo com aqueles executados, também à pena, por Duarte de Armas para integrar o seu famoso *Livro das Fortalezas* do «estremo de

¹ Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, introd. Manuel Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975. Esta edição aproveitou a 1.^a, oitocentista, da Academia Real das Ciências de Lisboa.

² Cf. José Manuel GARCIA, «Livro das Fortalezas», in Francisco Faria Paulino (coord.), *O Testamento de Adão* (catálogo de exposição), Lisboa, ANTT, CNCDP, 1994, pp. 196-197; e José Manuel GARCIA, «Tesouros da Cartografia Portuguesa em Portugal», in *Tesouros da Cartografia Portuguesa* (catálogo de exposição), Lisboa, Edições Inapa, CNCDP, 1997, pp. 52 e 110. Cf. igualmente o artigo de Paulo PEREIRA, «Iconografia dos Descobrimentos», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 505-513.

portugall e castella» (de c. 1510)³. Parece seguro que os desenhos das *Lendas da Índia* são do punho do próprio Gaspar Correia⁴, pelo que interessa averiguar se a sua técnica de «debuxo» poderá realmente ter sido influenciada por Duarte de Armas. Ora, aceitando-se que Correia, nascido em 1495 ou um pouco antes, partiu em 1512 para a Índia (onde viria a morrer, já idoso), resulta um intervalo de dois ou três anos em que terá tido ocasião de consultar, ainda no Reino, o *Livro das Fortalezas*, um documento reservado mas talvez não para o futuro cronista, então «moço da câmara» a viver na corte; além de que, nessa época, alguma cópia pode ter viajado até ao Oriente com o fim expresso de servir de «catálogo» às fortificações que aí fosse necessário construir. De uma maneira ou de outra, nada impede que tenha havido um efectivo contacto de Gaspar Correia com o levantamento feito por Duarte de Armas, o que explicaria adequadamente as afinidades estilísticas detectáveis na produção de ambos. Quanto à ideia de coligir diversas vistas urbanas dando primazia aos seus elementos defensivos, o *Livro das Fortalezas* volta a ser o modelo a considerar.

A principal divergência entre as duas séries iconográficas reside num detalhe eminentemente técnico – o ângulo segundo o qual foram obtidas –, já que Duarte de Armas operava assumidamente à cota do terreno, legendando os seus alçados com um repetitivo *tirado naturall*⁵, ao passo que Gaspar Correia utilizou uma notação menos directa, mais codificada, que supunha o observador colocado «em altura» (tal não dispensando, como é lógico, a tomada de apontamentos preparatórios ao nível do solo). Nestes termos, a profusão de pormenores nas ilustrações das *Lendas das Índias*⁶ não nos deve impedir de reconhecer o domínio que o seu autor teria dos mecanismos de representação espacial de base abstracta; percebe-se de resto que Gaspar Correia combinava com apreciável à-vontade, num mesmo desenho, efeitos da perspectiva axonométrica e dos traçados com ponto de fuga.

³ Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas* (fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), introd. Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, ANTT e Edições Inapa, 1997.

⁴ Dos quatro tomos manuscritos das *Lendas da Índia* (ANTT, Casa Forte, n.ºs 40-43), o primeiro corresponde a uma cópia tardia, mas os restantes são os originais de Gaspar Correia. Quanto ao gosto do cronista pelo desenho, foi um ponto amplamente esclarecido por M. Lopes de ALMEIDA, in G. CORREIA, op. cit., Vol. I, Introdução, pp. XXII-XXIII e XXV. Gaspar Correia, que seria outrossim «bem entendido nas particularidades da construção civil», exerceu em 1516 o cargo de «védor das obras» em Goa, informação que sugere o ambiente em que a sua apetência pelo desenho se desenvolveu, isto é, na proximidade das obras de arquitectura. Cf. G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. XVI.

⁵ É, no entanto, pacífico que o *Livro das Fortalezas* terá sido terminado «em gabinete». Lembre-se que, a par das panorâmicas gerais dos povoados que desenhou, Duarte de Armas elaborou preciosas plantas cotadas de cada fortaleza, além de que mediu e anotou ainda de maneira sistemática o itinerário seguido.

⁶ Idêntico padrão de trabalho foi adoptado por Duarte de Armas, parecendo que a minúcia comum aos seus desenhos e aos de Gaspar Correia nasceu da preocupação que ambos tiveram de conferir uma óbvia dimensão «cartográfica», com o registo muito efectivo da realidade, àquilo que produziam.

Sobre o labor do nosso cronista-desenhador, diga-se também que anuncia inequivocamente as colecções de panorâmicas coloridas de lugares fortificados que o período filipino veio depois a consagrar. Nessas obras, para reproduzir a planta de cada cidade ou fortaleza, cartógrafos como Manuel Godinho de Erédia, Pedro Barreto de Resende e tantos outros recorreram a uma projecção já tendencialmente vertical, ou seja, acatando as convenções da ciência que exerciam. Assim, é de pensar que as *Lendas da Índia* e a sua componente gráfica terão constituído um elo importante no interior da cadeia que se identifica entre o exemplo precursor do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas e essas recolhas cartográficas um século mais tardias. Em tal mediação de géneros, os afamados *Roteiros* de D. João de Castro, de 1538-1541, poderão igualmente ter tido algum papel, mesmo se não se consegue esclarecer com exactidão como é que os respectivos desenhos se relacionaram com os de Gaspar Correia, de datação assaz imprecisa⁷. Mas outras obras existem com imagens do Índico que se justifica citar aqui, entre elas o *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, que inclui esboços da costa leste-africana do início do reinado de D. João III⁸; o *Livro* de Lisuarte de Abreu, ligeiramente posterior, que se distingue pelas suas animadas figuras⁹; e, acima de tudo, o *Livro* que, logo em 1513, Francisco Rodrigues compôs nos mares da Insulíndia e no qual juntou registos cartográficos e minuciosos (quase «etnográficos»...) desenhos de paisagens locais¹⁰. Nesta breve resenha, merece uma última nota Fernão Vaz Dourado, que, através do seu *Atlas* de 1568, se terá tornado um dos primeiros especialistas «a responder a uma encomenda de carácter estrategico-militar numa altura em que surgia público receptível a produções com este fim»¹¹.

Ainda no que toca a Duarte de Armas, lembre-se que, além da missão que levou a cabo na fronteira terrestre do Reino, foi também incumbido por

⁷ É habitual atribuir os desenhos das *Lendas das Índias* ao meio da centúria de Quinhentos, mas o seu prazo de execução (e preparação) pode ter alcançado várias décadas, o que dificulta a fixação de uma qualquer cronologia precisa para toda a série.

⁸ Cf. Armando CORTESÃO, e Avelino Teixeira da MOTA, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. I, Lisboa, 1960, p. 173; e Jacinto Ignacio de Brito REBELLO (coord.), *Livro de Marinharia, Tratado da agulha de marear de João de Lisboa. Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos á navegação*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1903.

⁹ J. Soeiro de BRITO e Michael TEAGUE (coord.), *Livro de Lisuarte de Abreu*, Lisboa, CNCDP, 1992.

¹⁰ Cf. Armando CORTESÃO (ed.), *The Suma Oriental of Tomé Pires and the book of Francisco Rodrigues*, Vol. I, London, Hakluyt Society, 1944, pp. LXXXVIII-XCVI, estampas 5 e 8-10.

¹¹ Cf. Alexandra Curvelo da Silva CAMPOS, *A imagem do Oriente na Cartografia portuguesa do século XVI*, dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, FCSH-UNL, 1996, pp. 67-68. Que a maneira como F. Vaz Dourado retratou as fortalezas e a sua envolvente territorial decorresse de um encargo superior sugere que também as abundantes informações militares recolhidas por Gaspar Correia, seja sob forma escrita ou desenhada, poderão ter derivado de uma solicitação análoga.

D. Manuel I de realizar diversos levantamentos na costa de Marrocos¹², não estando excluída a hipótese de que tais desenhos, por respeitarem a cidade junto ao mar, pudessem até revelar-se mais próximos do tipo de registo depois usado por Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*.

Os antecedentes do século xv

Na via de modernização a que D. João II submeteu o País, e que incidiu sobre múltiplos sectores de actividade, é de prestar particular atenção ao estilo de controlo territorial que abraçou relativamente a África,¹³ pois aí se antevêm já as linhas mestras do que iria ser a acção portuguesa no Índico, pelo menos durante uma fase inicial. De acordo com essa estratégia, que não deixava aliás de ter raízes mais antigas¹⁴, o elemento bélico, até à data no cerne da nossa política ultramarina, viu-se remetido a um plano secundário – com a excepção das operações navais para a imposição do *mare clausum* – e foi substituído por uma influência predominantemente de ordem diplomática, comercial e mesmo religiosa, sem dúvida porque o *Príncipe Perfeito* compreendeu que, a longo prazo, tal era o que mais convinha aos interesses nacionais.

Assim, se desde meados do século xv funcionava na ilha de Arguim, no limiar da África Negra, uma feitoria que era ao mesmo tempo abrigo e escala náutica¹⁵, depois, até às águas da Serra Leoa e mais abaixo, quem se

¹² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, Parte II, Coimbra, 1953, cap. XXVII. Suzanne DAVEAU admite que Duarte Pacheco Pereira terá recorrido a desenhos de Duarte de Armas para ilustrar os capítulos de Marrocos no seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, datável dos primeiros anos do século xvi; para a referida investigadora, esses desenhos poderão até ter saltado depois para as páginas do *Civitates Orbis Terrarum*, de G. Braúnio (Colónia, 1572), numa sequência de aproveitamentos que se aceita sem dificuldade. Susanne DAVEAU «A propósito das “pinturas” do litoral marroquino incluídas no *Esmeraldo de Situ Orbis*», *Mare Liberum*, Vol. 18-19, Dez. 1999-Jun. 2000, pp. 79-132.

¹³ A respeito do papel precursor que coube à «administração da Mina», consulte-se o valioso estudo de John VOGT, *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, The University of Georgia Press, 1979, caps. 2 e 3.

¹⁴ João Paulo Oliveira e COSTA, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», *Mare Liberum*, Vol. 17, 1999, pp. 39-71; e João Paulo Oliveira e COSTA, «A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 87-114. Cf. igualmente Luís Filipe Reis THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Alges, Difel, 1994, pp. 43-167.

¹⁵ Cf. Théodore MONOD, *L'île d'Arguin (Mauritanie), essai historique*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1983. É pena que as edificações lusas de Arguim permaneçam por estudar, delas só restando alguma (escassa) notícia em desenhos tardios e, no local, um enigmático conjunto de vestígios de «muito difícil acesso». Cf. Pedro DIAS, *História de Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 16. Para lá disso, as fontes registam que, a 26 de Julho de 1464, um fidalgo da Casa Real, Soeiro Mendes, obteve de D. Afonso V a alcaidaria do «castello» que ali acabava de «fazer», estendendo-se a sua jurisdição às «cassas E villa da dicta ylha». Cf. João

aventurasse na zona ficava por sua conta e risco. Tal e qual o que acontecia na «costa da Mina», que, apesar de já frequentada pelos navios de Fernão Gomes na década de setenta do referido século, não oferecia qualquer ponto de apoio em terra. Terá sido por isso que, mal foi coroado, D. João II, há vários anos à frente da empresa expansionista e acumulando a tutela dos «feitos da guerra»¹⁶, resolve enviar para o golfo da Guiné uma expedição (1481-1482), a fim de criar um estabelecimento de novo tipo: o Castelo de S. Jorge da Mina.

Como Rafael Moreira destaca, essa fundação constituiu um gesto audacioso, permanecendo o local como o «centro do domínio português no Atlântico Sul» por larguíssimo tempo¹⁷. Actualmente, só os historiadores demonstram a consideração devida à velha fortaleza, mas, quando ela surgiu – a «primeira edificação europeia nos trópicos» –, tudo era diferente, conforme se testemunha nas cartas geográficas da época, as quais elegeram a sua imagem como um dos símbolos mais expressivos de África. E, em 1485, o próprio D. João II achou oportuno adicionar ao seu título o de «Senhor de Guiné», que os seus sucessores conservariam, sendo-lhe depois acrescentados ainda outros, de modo a traduzir as conquistas no Índico. Sabe-se, por outro lado, que a decisão de possuir um entreposto fixo no litoral da Mina visou objectivos institucionais precisos, por isso a preparação de um plano bem definido «per Regimento» e a sua entrega para concretização a um comandante de créditos firmados, Diogo de Azambuja¹⁸. Seja dito, num pequeno aparte, que este cavaleiro da Ordem de Avis, pela sua valentia pessoal e vasta experiência em assuntos de fortificação, se converteu num dos vassalos predilectos de D. João II; e note-se, igualmente, que essa «muyto boa conta e estima»¹⁹ que o rei lhe votava acaba por simbolizar a ascensão social que então se consuma de determinados grupos profissionais e de todos aqueles oficiais régios que, no cumprimento das suas tarefas, davam provas de uma especial idoneidade²⁰.

Martins da Silva MARQUES (dir.), *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história*, Vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 44.

¹⁶ Carta de D. Afonso V para o príncipe D. João, de 16 de Abril de 1478 (ANTT, Gavetas, XIII-10-6).

¹⁷ Rafael MOREIRA (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 103.

¹⁸ Ruy de PINA, *Croniqua DelRey Dom Joham II*, Coimbra, Atlântida, 1950, cap. II.

¹⁹ Garcia de RESENDE, *Crónica de dom João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973, cap. LXXXVII.

²⁰ É de lembrar os «livros secretos» em que D. João II assentava, um a um, o nome dos seus servidores, bem como aquilo que deles podia esperar. G. de RESENDE, op. cit., p. XIX. Em especial sobre a escolha de Diogo de Azambuja, cf. Andreia Martins de CARVALHO e Alexandra PELÚCIA, «Os primeiros fidalgos na costa da Guiné», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 130-133. As autoras realçam que o nascimento, ou «grau de nobreza», terá sido um factor decisivo nas designações joaninas para as chefias da Expansão na zona da Mina, um critério que, segundo cremos, não poderia no entanto deixar de se conjugar com os referidos aspectos da competência técnica. Justamente o caso de Azambuja parece paradigmático do peso que

Chegado ao destino, Diogo de Azambuja tratou de arranjar um sítio propício à fortaleza (com núcleo urbano anexo) que ambicionava erguer, e logo requereu licença para a sua ocupação, devendo sublinhar-se que há uma patente analogia entre esta sequência de passos e a verificada na área do Índico vinte anos mais tarde. Efectivamente, também aí, e tanto quanto possível, procurar-se-ia obter o consentimento das autoridades locais para as feitorias (postos defensivos) a instalar. E a semelhança dos dois processos observa-se ainda na pompa conferida a essa negociação preliminar, tal como num outro pormenor importante, o do cuidado em não levantar suspeitas, nunca se aludindo a qualquer espécie de obra militar: na Mina, pediu-se uma simples «casa» onde ter as mercadorias «limpas e seguras»; enquanto, a oriente, essa habilidade se refinou, primeiro construindo-se com materiais perecíveis e só depois se optando por «casas de pedra», as quais, essas sim, eram finalmente transformadas em fortalezas genuínas²¹.

Neste ponto, interessa resumir alguns aspectos da profunda metamorfose que, em Portugal e no resto da Europa, abalou a arquitectura militar à medida que o século XV se aproximava do seu termo. É que o veloz aperfeiçoamento então verificado nas armas pirobalísticas, ou de fogo, fez cair em desuso, não só as pouco maneáveis máquinas de guerra da Idade Média, ainda essencialmente neurobalísticas, como o próprio arquétipo de edifício militar – o castelo – que antes tinha dominado em absoluto. Com efeito, a fisionomia «verticalizada» dos castelos acomodava-se mal ao novo armamento e, pior, mostrava-se vulnerável aos disparos de bocas-de-fogo cada vez mais certeiras. Relembre-se, a propósito, a opinião de Cataldo – o humanista siciliano residente na corte portuguesa em finais de Quatrocentos –, que, no poema que dedicou à conquista de Arzila e Tânger por D. Afonso V (1471), fez questão de explicar não haver «obra na terra tão inexpugnável que tal artilharia não esmague com os seus projecteis»²².

Donde, com o edificado castrense colocado perante condicionantes tácticas substancialmente novas, deu-se o inevitável aparecimento de uma série de adaptações e experiências arquitectónicas a que se convencionou chamar «estilo de transição». Dessa diferente concepção das fortalezas, caminhar-se-ia ulteriormente para um capítulo à parte: o sistema abaluartado pleno. Mas esse resultado final – que se expressa no contexto português por praças como as de Mazagão, Diu, ilha de Moçambique ou S. Julião da

um bom currículo pessoal conseguia ter na opção régia, tudo indicando que nenhum outro compatriota seu disporia, à época, de uma preparação bélica como a sua, grande parte da qual adquirida no estrangeiro (Catalunha), onde assumiu destacados cargos militares na década de sessenta do século XV. Cf. Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC, 1982, p. 195.

²¹ Foi o que aconteceu em Coulão, em 1515, aí com maus resultados, pois a rainha local, sentindo-se defraudada, mandou acometer os Portugueses. Gaspar CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 393-395.

²² Américo da Costa RAMALHO, *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanistas da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 78-79.

Barra – excede em algumas décadas a época aqui tratada, pelo que se afigura melhor realçar aquilo que distingue (em termos aliás muito claros) as criações do dito «estilo». Basicamente, a altura das fortalezas deixou de constituir o grande trunfo e, por via disso, o tiro mergulhante perdeu sentido; em simultâneo, fosse nas obras de raiz ou naquelas envolvendo estruturas já existentes, atribuiu-se uma atenção redobrada aos dados funcionais e à geometrização do conjunto; depois, se os estudos de implantação ganharam um ainda maior peso, um outro imperativo foi o do reforço da base das muralhas, ou directamente (com lambores), ou mediante a introdução de barbacãs e de elementos adicionais de protecção exterior, elementos esses que eram aproveitados para receber o equipamento bélico (bombardas, trons, etc.) que doravante se tornou indispensável também a nível defensivo.

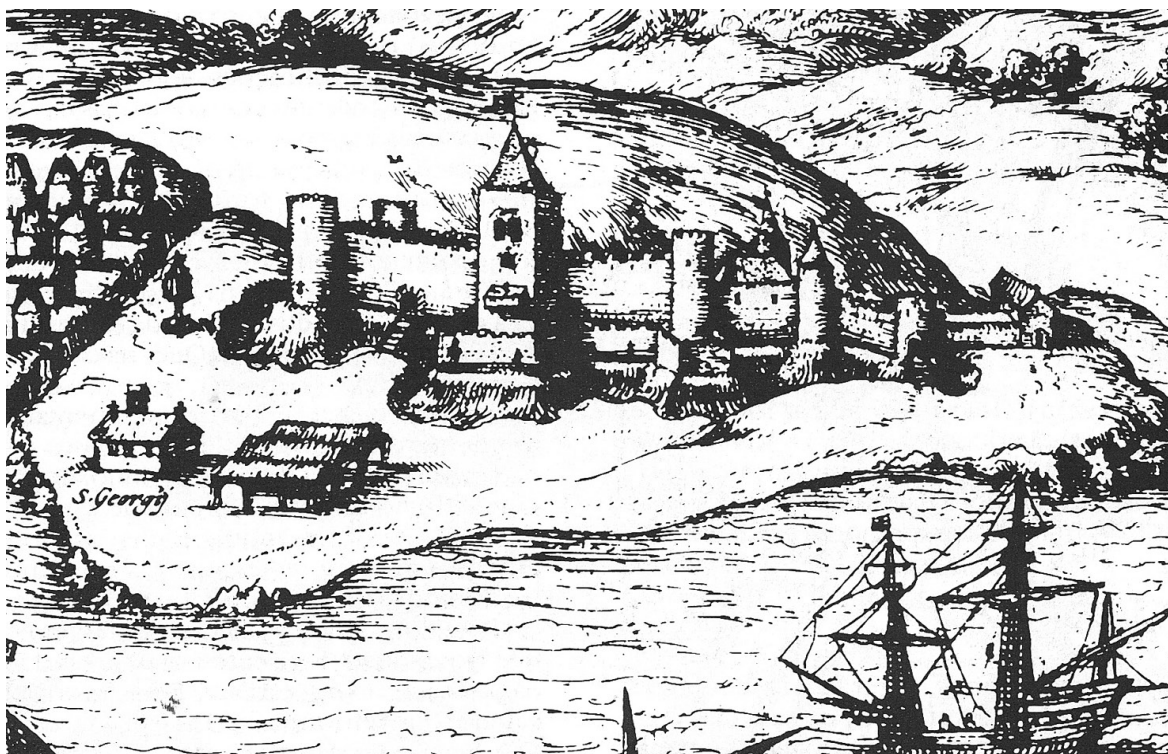


Fig. 2 – Gravura do Castelo de S. Jorge da Mina, por Braun e Hogenberg (*Civitates Orbis Terrarum*).

Ora, dirigindo novamente o nosso olhar para a Fortaleza de S. Jorge da Mina, descobrimos que ela responde mais do que razoavelmente a estes parâmetros. Na verdade, o seu semblante original, para além de perceptível sob os acrescentos posteriores, é-nos familiar através de imagens antigas, o que permite comprovar a definição de um recinto quadrangular flanqueado por cubelos cilíndricos, estes só um pouco mais altos do que as muralhas a que davam amparo, ao contrário da torre de menagem – a única secção realmente medieval da obra –, cujo «andar nobre» proporcionaria uma visão dilatada sobre o horizonte; do lado de fora, foi ainda previsto um robusto escudo inferior integrando barbacã artilhada e fosso. Este modelo

de pequeno «forte costeiro» seria depois exaustivamente copiado, transformando-se no favorito da época de D. Manuel I e podendo assim encontrar-se, com ligeiras variantes, de Marrocos (Tânger, Mazagão, Aguz) às Ilhas Atlânticas (Angra)²³, à África Oriental (Sofala, ilha de Moçambique, Quíloa), à Índia (Cochim, Cananor, Calecute) e mais longe (Malaca, Pacém, etc.); na metrópole, estando hoje maioritariamente desaparecidos os seus exemplos nortenhos, acha-se esta tipologia presente em dois lugares bem conhecidos do Sul: Alvito e Castro Marim.

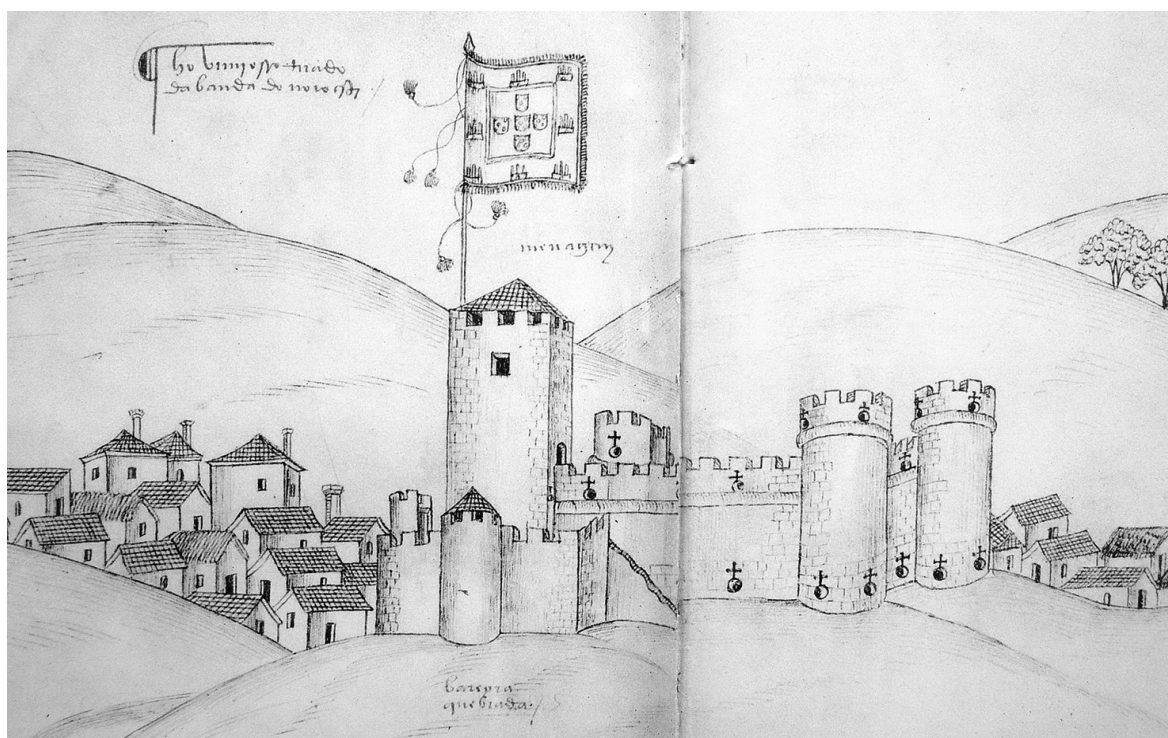


Fig. 3 – Desenho da Fortaleza de Vimioso, por Duarte de Armas (*Livro das Fortalezas*, ANTT).

A análise da lista enunciada indica que, no tocante especificamente à defesa das possessões ultramarinas, o que comandou, e que continuaria de resto a comandar no decurso do século XVI, foi a vizinhança com a água. Convém, por isso, lembrar um progresso muito significativo ocorrido na «guerra no mar» durante o reinado de D. João II: a descoberta do tiro de ricochete – o tiro em que os projecteis, ao saltarem sobre a superfície da água, adquirem uma força acrescida²⁴. Ensaçada pessoalmente pelo soberano no estuário do Sado, esta inovação táctica habilitou Portugal a criar uma nunca vista esquadra de «pequenas carauellas», para missões de inter-

²³ Note-se que o Castelo de S. Luís, em Angra, possui uma cronologia pré-manuelina, de resto tal como o «Castelo Novo» de Tânger.

²⁴ G. de RESENDE, op. cit., cap. CLXXXI. Cf. também Nuno Varela RUBBIM, «D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas», *Revista de Artilharia*, n.ºs 768 a 771, Ago.-Nov. 1989, pp. 119-42; e n.º 772, Dez. 1989, pp. 215-227.

venção rápida e de patrulhamento no Atlântico (até ao estreito de Gibraltar), e veio, depois, a conceder aos navios nacionais uma tremenda vantagem nas batalhas do Índico – tópico que se aprofundará mais adiante. Tudo deve ter correspondido afinal à inteligente tradução para a realidade marítima da lógica do « tiro rasante » que já prevalecia há certo tempo nos combates em terra. Sublinhe-se que, entre nós, essa evolução nos procedimentos da luta naval mostra ter sido coeva das radicais modificações que então afectavam a própria « traça » das fortalezas, pelo que não terá sido difícil que se pensasse em assimilar uma fortaleza a uma nave de combate e que, consequentemente, se pensasse em proteger qualquer plano aquático com os disparos oriundos de uma bateria fortificada erguida na sua envolvente terrestre.

Somos, pois, conduzidos a uma outra medida de grande importância tomada pelo *Príncipe Perfeito* na esfera militar: o dispositivo que concebeu para guardar a barra do Tejo e com o qual nasceu a « torre artilhada », a segunda tipologia de reduto « de transição », que faz par, historicamente, com a do já aqui apresentado « forte costeiro » de planta quadrada. Instalando duas dessas torres em margens opostas, junto a Lisboa, além de uma terceira (isolada) em Cascais, garantia-se que a largura do rio ficava vedada pelo cruzamento do seu fogo, o que surge como uma situação inédita e de manifesto potencial para um uso mais generalizado. Da banda de norte, a fortaleza projectada só se materializaria com D. Manuel I, entre 1514 e 1520, sob a forma da célebre Torre de Belém; mas, nas falésias a sul, a Torre de S. Sebastião de Caparica foi efectivamente construída, e logo a partir de 1481²⁵; como complemento, existia ainda a denominada « nao grande » de el-rei, cujos incessantes movimentos defronte de Lisboa teriam um papel dissuasor proporcional ao seu tamanho (1000 tonéis), sobremaneira invulgar para a época.

Na Torre de Caparica, a plataforma baixa destinada às « bombardas grossas » representou a novidade maior, já que permitiu concentrar na linha de água o principal poder de fogo da fortificação. Mas esta, que nas palavras de Garcia de Resende acoplava « torre, e baluarte », não abdicou de um elemento mais arcaico, justamente o seu corpo cimeiro, num paralelo que é legítimo fazer com o Castelo da Mina e a sua altiva torre de menagem, sem dúvida porque os princípios arquitectónicos por detrás de ambos os imóveis não estariam ainda completamente estabilizados²⁶.

O modelo da « Torre Velha » de Caparica (nome por que também ficou conhecida), com pequenas alterações depressa chegou a toda a faixa litoral do Reino – até inícios do século XVI, há que apontar as Torres de Cascais, Viana do Castelo, Belém e Outão –, para se disseminar depois pelos terri-

²⁵ Cf. Pedro de Aboim Inglez CID, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, 2 vols., dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, UNL-FCSH, 1998.

²⁶ Um exemplo como o da Torre Belém, talvez mais ainda do que o de S. Jorge da Mina (três ou quatro décadas anterior), faz destacar esse anacronismo de conceber a « altura » como trunfo defensivo.

tórios da Expansão. E, nesses lugares mais afastados, das duas tipologias disponíveis – «castelo quadrangular» ou «torre artilhada» –, precisamente esta última, na medida em que possibilitaria uma construção mais expedita, deverá ter sido a eleita sempre que o objectivo era, declaradamente, o de defender sítios à borda da água. Assim, e antecipando um pouco o exposto mais à frente, cremos que a ilha de Moçambique já acolheria um reduto desses no final da primeira década de Quinhentos; e que, em Cochim, na costa do Malabar, não terá sido diferente a funcionalidade do primeiro assentamento português (1503). Coloca-se, por fim, a hipótese de que nalgumas localizações, como Tânger e a ilha de S. Tomé (ainda no reinado de D. João II), ou Coullão (nesse caso mais tarde: 1503/1515), os dois padrões de defesa hajam sido usados em conjugação.

Tanto a «torre marítima» como o «forte costeiro» eram realizações singelas e de óbvias qualidades militares, o que fez delas um legado de enorme proveito para o período manuelino. Algo de semelhante, diga-se, ter-se-á passado com as iniciativas urbanísticas promovidas por D. João II longe de casa, reconhecendo-se que, além da fundação da cidade de S. Jorge da Mina, também naquela (frustrada) da Graciosa, perto de Larache, em Marrocos, ou no esforço de povoamento de S. Tomé, existiu um plano concertado visando lançar a semente urbana em moldes bem estruturados²⁷. É mesmo de reflectir que um pólo como o da Mina, com a sua fortaleza e com as suas múltiplas dependências utilitárias, oferecia excelentes condições de protecção e de desenvolvimento interno; e constituía, por acréscimo, um microcosmo de considerável alcance político-social, pelo que não é de todo fortuitamente que o seu modelo veio a ser consagrado nas regiões à volta do oceano Índico, conforme teremos agora ocasião de discutir.

O espaço do Índico e a nova arte da guerra

No começo do século XVI, o dia-a-dia das forças lusas estacionadas no Índico espelha com propriedade as mudanças então em curso no campo militar, num processo que reuniu numa trajectória comum todas as lides bélicas sem excepção. Era o fundo ideológico da Europa renascentista

²⁷ Um dos primeiros investigadores a valorizar as facetas urbanísticas de S. Jorge da Mina terá sido Luís SILVEIRA, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Vol. II, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, s.d. [195?], p. 151. Entre os estudos recentes que salientam a instalação conjunta do castelo (1482) e da cidade da Mina (1486), aponte-se a dissertação de mestrado de Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 47-48. Quanto à tentativa de fundar uma vila chamada «a Graciosa», ela é pouco referida e, mesmo assim, para ver-se amiúde confundida com a fortaleza anexa; todavia, a decisão de erigir de raiz uma vila e uma fortaleza no litoral de Marrocos é de uma importância inegável, conforme se deduz aliás da logística que o processo mereceu. Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*, Lisboa, Livraria Ferin, 1915, pp. 17-55.

a fazer-se sentir, mesmo a uma grande distância. A narração de Gaspar Correia afigura-se sintomática a este respeito, com os seus incontáveis episódios de como, também em terras orientais, a forma convencional de encarar a guerra foi sendo inexoravelmente abandonada. É que eventuais rasgos de audácia individual revelavam-se de muito pouco auxílio contra bombardas e canhões, justificando que os temas da disciplina e da preparação prévia se tornassem determinantes; e isto mau grado os combates no continente asiático se desenrolarem sempre impregnados de um fortíssimo colorido local.

Como seria de esperar, para lá do cabo da Boa Esperança, o ambiente em redor dos Portugueses apresentava-se difícil, quando não abertamente hostil. Os nossos iam reagindo caso a caso, numa original combinação de diplomacia com actos de guerra em que, como última reserva, podiam contar com a invencibilidade das armadas que traziam consigo. Mas, face à vastidão do teatro de manobras, a mera hegemonia naval não era suficiente, obrigando a que se procurasse erigir um número mínimo de bases terrestres. Ou, em alternativa, implicando o emprego de uma larga gama de estratégias, um aspecto onde a tradição medieval se encontrou mais uma vez posta em causa – ainda que um D. Lourenço de Almeida, jovem fidalgo ido até à Índia para aprender «a servir» junto de seu pai, D. Francisco de Almeida, se comprazesse em derrubar os adversários cortando-os «da alabarda d'alto a baixo»²⁸ –, substituída que foi por acções já cuidadosamente planeadas e, será de desconfiar, inspiradas nos ensinamentos da literatura militar da Era Clássica. Como por exemplo, em 1512, quando se levou o mesmo grupo de soldados a entrar repetidamente numa dada fortaleza, de modo a fingir a chegada de reforços do exterior²⁹; ou como naquela parada em Goa, no mês de Janeiro de 1514, cujos participantes, também menos numerosos do que o desejável, mal saíam do desfile iam correndo «derrador», para se reintegrarem à partida com o fito de impressionar um alto dignitário hindu que visitava a cidade³⁰.

Para que tais astúcias ou a nova classe de operações militares pudessem resultar, o factor tecnológico foi essencial, muito embora ainda de premeio com uma grande dose de empirismo. Assim sucedeu no atentado nocturno de 1507, no qual um espião-nadador munido de engenhoso dispositivo incendiário logrou pôr fogo a várias naus de «Mouros» fundeadas no porto de Cananor³¹. Agir «caladamente» impôs-se, e o mais irónico é que o inimigo começaria a servir-se de métodos similares, numa reacção a que não terão sido alheios certos renegados e agentes vindos de fora. Em Calecute,

²⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 612.

²⁹ Durante o cerco inimigo a Malaca. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 278.

³⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 378. É também oportuno lembrar que, em 1521, o adversário se entrincheirou em Diu, fechando a barra com uma grossa cadeia de ferro, num episódio que, embora ilustrando excelentemente uma tática preconizada pelo próprio Vitruvius, pode ter tido qualquer outra origem, pois assentava num princípio de uso universal. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 615.

³¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 706.

no ano de 1504, o samorim, que era assessorado por alguns desses «conselheiros técnicos», mandou aparelhar uns castelos flutuantes «cheos de lenha e materiaes de fogo», o que o municiou com uma arma temível que quase ia surpreendendo o lado português³².

Mas, se a artilharia concentrou a atenção dos especialistas militares, isso não significa que, contemporaneamente, outros ramos não afirmassem o seu peso dentro da tecnologia da guerra, sendo que, para desenvolver essa incipiente engenharia militar ainda sem verdadeiros engenheiros, um universo como o da Expansão seria o ideal. Não admira, por conseguinte, que tantos oficiais mecânicos se vissem requisitados para funções das mais variadas, podendo mencionar-se os casos de um «João Nobre», bombardeiro italiano «que sabia d'ouriuez» e que foi encarregue de cunhar moeda em Malaca, ou de um «João de Frandes», outro bombardeiro de ofício, que trabalhou como mestre-de-obras em Ormuz³³. Aponte-se, por último, que em 1507, na Fortaleza de Cochim, houve a ideia de pendurar um sino na extremidade de um mastro, ligando-o depois por cordas a diversas guaritas, o que facultava à respectiva guarnição um óptimo mecanismo de alarme³⁴.

No entanto, sem as suas armadas, a monarquia portuguesa não poderia sequer ter sonhado em estabelecer-se nas imensidões do Índico; e se o fez sempre no litoral foi, repita-se, por causa do elemento marítimo, ao qual, estrategicamente, tudo acabava por se subordinar. Tenha-se identicamente em consideração que as qualidades «guerreiras» dos navios da época manuelina não corresponderam a uma invenção do momento; elas têm de ser interpretadas, antes, como o fruto de melhorias graduais – a nível da ciência náutica, do arsenal levado a bordo ou da concepção das embarcações em si – que foram ocorrendo ao longo de vários anos, ou décadas até. Nesta conformidade, é forçoso voltar a referir as experiências de tiro aquático promovidas por D. João II, assim como a nau «grande»³⁵ deste monarca (lançada à água com a missão específica de vigiar o porto de Lisboa), já que tais experiências e avanços estiveram na génese do paradigma de guerra, inteiramente novo, que D. Manuel I instaurou nos mares do Índico.

Constata-se, pois, o quanto era importante para Portugal dispor de uma boa retaguarda a funcionar. E percebe-se que a centralização do poder político favoreceu em muito a emergência de um comando unificado para as actividades ligadas à Expansão, sendo naturalmente em Lisboa que as deci-

³² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 486-488.

³³ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 256; e Vol. I, p. 846.

³⁴ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 701.

³⁵ Uma fonte da época (1494) informa-nos que essa «magnífica» nau estava (super)equipada com «36 bombardas grandes e 180 mais pequenas» entregues aos cuidados de «30 bombardeiros, todos alemães». «Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (*excertos*), Basílio de VASCONCELOS (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 24 e 34. O dito texto, sobretudo na tradução a partir do latim original, deixa no ar a possibilidade de ter existido uma outra nau, idêntica, ao serviço da Coroa, mas o mais provável é que as características apontadas se prendam efectivamente com um único «grande navio» d'el-rei.

sões passaram a ser tomadas. Isto ainda em pleno século xv, mas essa concentração da «logística dos Descobrimentos» na cidade principal do Reino prosseguiu e veio até a intensificar-se na centúria seguinte, encontrando a melhor das expressões na edificação, pelo *Venturoso*, do imponente Paço da Ribeira praticamente em cima da Casa da Índia e dos seus armazéns³⁶.

De regresso ao Índico, há um exemplo estupendo daquilo que foi a supremacia portuguesa na captura que um capitão de Pedro Álvares Cabral efectuou, logo em 1500 e a pedido do samorim de Calecute, de uma embarcação menos «veleira» mas muito maior do que a sua; o lance revestiu-se de inesperado efeito demonstrativo, com um «mouro da terra homem honrado» a ser convidado a subir a bordo para que «visse o que os Portuguezes faziam»³⁷. Também Gaspar Correia não se cansa de elogiar «os nossos tiros», que eram «muy possantes mais» que os do adversário³⁸, cujos barcos eram «feitos em lenha» num ápice³⁹; adiantando além disso que os artilheiros nacionais estavam sujeitos a instruções rigorosas de não atirar «senão ao lume d'agoa a metter no fundo»⁴⁰. E as próprias queixas do oponente surgem como uma outra fonte a reter: assim, em 1504, ao tentarem acometer uma estacada naval em Cochim, as forças locais descobriram, desoladas, que «nom tinhão com quem pelejar, mas os tiros d'artelharia» os vinham matar «muyto longe (...) que todos aly podião morrer sem fazer nada»⁴¹. Em suma, o tiro rente à água e o uso de peças «grossas» mais evoluídas eram devastadores para quem se opusesse aos navios de Portugal.

Não residiria aí, porém, a única faceta digna de nota em combates no mar ou na sua proximidade directa, isto porquanto se vulgarizou uma modalidade anfíbia pouco praticada até então, o bombardeamento de povoações do litoral. Calecute, Ormuz ou Malaca sofreram um tal castigo, adivinhando-se que, para as chefias portuguesas, a possibilidade de fustigar objectivos em terra dessa forma era altamente sedutor e bem menos arriscado do que pretender conquistar tais posições mediante um desembarque e cerco à moda tradicional. A artilharia foi aproveitada, por fim, em missões navais de um outro cariz, como na fortaleza erguida na última das cidades indicadas, onde, em 1511, «o capitão mandou andar de longo da praya hum batel, de noite, com vinte homens e quatro berços, e bombardeiros»⁴².

³⁶ O novo palácio, cujas obras terão arrancado c. 1501, modificou profundamente a cenografia urbana de Lisboa junto ao Tejo. Cf. Nuno SENOS, *O Paço da Ribeira, 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, *passim*.

³⁷ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 196-197. Outras versões deste incidente divergem um pouco entre si, nomeadamente quanto ao modo como os fugitivos foram detidos: através de um único «tiro grosso», ou de incessantes «bombardadas» desferidas pelo navio português?

³⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 331.

³⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 468.

⁴⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 599.

⁴¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 457.

⁴² G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 272-273. Em particular esta ronda junto a Malaca revelou-se, porém, funesta para a tripulação envolvida, que acabou chacinada.

Mas é indubitável que uma visão tão «moderna» da guerra não era partilhada por todos. E os autóctones seriam dos mais reticentes. Lembre-se o já citado samorim de Calecute que, mantendo-se teimosamente arreigado a muitas das «suas cerimónias e costumes», levava ao desespero os estrangeiros que o aconselhavam e que não conseguiam persuadi-lo de que, no resto do globo, «os grandes Reys, e Capitães, com modos e ardis fazião mais guerra que com forças d'armas»⁴³; em simultâneo, os arsenais do inimigo estariam apinhados com trabucos, «lanças de cana compridas», zarabatanas «de peçonha» e, inclusive, com umas armas de arremesso comparáveis aos *boomerangs* australianos. De resto, também do lado português não faltariam os saudosos do passado. Basta pensar no capitão de Cananor, Rui de Mendanha, que reputava a artilharia prejudicial às «suas honras» de cavaleiro e que garantia «que avia de furtar aos bombardeiros os murrões pera nom darem fogo aos tiros»⁴⁴. Um ânimo idêntico assoma noutras atitudes das altas patentes nacionais, sabendo-se que na hora da morte Afonso de Albuquerque pediu para envergar o hábito de Santiago⁴⁵, um gesto que só se explica satisfatoriamente se se tiver presente que os vice-reis e governadores de partida para a Índia se submetiam a um voto de fidelidade ao rei com um cunho inequivocamente feudalizante⁴⁶.

O choque entre um comportamento com origens remotas e uma mentalidade que se abria a novos padrões civilizacionais é, pois, o que marca aquela época. Foi o que ocorreu com a entrada em funcionamento das «companhias de ordenança», unidades militares de elite que desencadearam a oposição de «largos sectores da sociedade de Quinhentos», tanto na metrópole como nos domínios ultramarinos⁴⁷. Aparentemente não, todavia, da parte de Afonso de Albuquerque, que se empenhou no apoio a esses corpos, integrando em pessoa as suas sessões de treino⁴⁸. Assim, para o êxito do assalto de 1511 a Malaca, a actuação dos homens «da ordenança», com os seus «piques» (uma arma que os sitiados «nunqua tinham visto»), mostrou-se decisiva, obviamente também por ter sido decretada de antemão a pena de morte para quem «se desmandasse» das companhias formadas⁴⁹.

⁴³ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 473.

⁴⁴ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 704.

⁴⁵ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 458.

⁴⁶ Tal arcaísmo na cerimónia manuelina remete sem dúvida para aquela, de 1481-1482, em que D. João II obrigou os grandes do Reino a prestar-lhe menagem pelas fortalezas à sua guarda – detalhe já assinalado por Catarina Madeira H. dos SANTOS, *Goa é a chave de toda a Índia*, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 67-70. O processo de cópia repetir-se-ia já desde tempos recuados e, presumivelmente, com o recurso também a modelos estrangeiros.

⁴⁷ Cf. Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, «As Companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580. Ensaio de criação do insucesso», *Oceanos*, Vol. 19-20, Set.-Dez. 1994, pp. 212-218.

⁴⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 363-364.

⁴⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 244-245. Nestes relatos não será talvez de dar inteiro crédito a Gaspar Correia. Cf. V. L. G. RODRIGUES, «As Companhias...», art. cit., p. 214.

Nestas circunstâncias, resulta compreensível que Albuquerque ambicionasse ter consigo igualmente um maior número de espingardeiros; chegou até a atribuir à falta deste outro corpo especial de combatentes a sua incapacidade para, em 1513, se assenhorear de Adém⁵⁰. Com efeito, o plano de ataque aí adoptado, por curiosidade na única cena de batalha passada ao desenho por Gaspar Correia, provou ser ultraconvencional e saldou-se pelo insucesso referido, sendo de aludir ao fim trágico de Garcia de Sousa, que, ao escalar à frente as muralhas da cidade e ao desdenhar, depois, qualquer auxílio para escapar da posição incómoda em que incorrera – «não são [*sic*] homem que hey de fogir á morte por cordas», exclamou ele –, veio a sucumbir às mãos do inimigo⁵¹.

Será também de dizer que, se uma conduta militar com laivos bastante retrógrados parece ter subsistido no Oriente mais ainda do que no Reino, tal ter-se-á verificado principalmente no seio das forças terrestres. A bordo o caso seria diferente, pois a operacionalidade demonstrada pelos nossos vasos de guerra, capazes de «marauilhas com a artelharia»⁵², não podia prescindir de uma bem oleada cadeia de comando nem de uma judiciosa utilização do armamento embarcado. Em termos históricos, é o que faz sentido, D. Manuel I sempre se tendo interessado pelos assuntos da artilharia e tendo ele próprio apadrinhado uns inovadores «tiros grandes de berço» para uso no mar. Ao dito invento, testado em 1513 entre Lisboa e Cacilhas, há que somar outras iniciativas análogas, o que converteu o reinado do *Venturoso* num dos «períodos áureos» da artilharia portuguesa⁵³.

Aliás, o Portugal manuelino beneficiou de uma política oficial de «recursos humanos» e de actualização técnica para o sector que vinha já de trás⁵⁴, facto que justifica que se recue um pouco no tempo, para lembrar o regimento outorgado por D. João II aos «bombardeiros do mar» da cidade de Lisboa no ano de 1489. Uma das cláusulas desse diploma de «poder e Jurdiçam» exigia que os profissionais a recrutar por «Mestre Hans» fossem

⁵⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 362.

⁵¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 340-343.

⁵² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 332.

⁵³ Cf. Nuno Valdez dos SANTOS, «Artilharia e Artilheiros do Mar», *Oceanos*, Vol. 38, Abr.-Jun. 1999, pp. 137-140. Uma medida pouco divulgada, mas que acentua o empenho de D. Manuel I nas questões militares, foi a «barreira de artilharia grossa» que fez acomodar em Lisboa (1509), à «porta de Santa Catarina» e com tudo tratado ao pormenor. Cf. *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*, Vol. IV, Lisboa, CML, 1959, p. 148.

⁵⁴ Também no capítulo da artilharia é indispensável ter presentes os laços que existiram entre os reinados dos dois primos e cunhados: D. João II e D. Manuel I. Para além do paralelo das sessões de tiro naval que ambos promoveram (junto a Setúbal e Lisboa, respectivamente), é significativo descobrir que o *Venturoso* encomendou as bocas-de-fogo por si concebidas precisamente a João Goterres, o oficial que já em 1484 detinha o cargo de «mestre de fundição» d'el-rei. Cf. Francisco de Sousa VITERBO, *Fundidores de Artilharia*, Lisboa, Imprensa da Casa Real, 1901, p. 50.

«homeens manssos e fora de todo o desconcerto»⁵⁵. Que notáveis palavras, estas, que exprimem com tamanha concisão um dos pilares do pensamento militar nascido com os novos tempos: a consciência de que, sem bom senso e sem organização, nada se consegue. Ora, precisamente o grau de preparação dado por D. Manuel I às forças portuguesas antes de as fazer penetrar no coração do oceano Índico e aí alcançar tão retumbantes triunfos constitui uma excelente prova de que também ele foi um governante atento a essa nova atitude perante a guerra.

As fortificações da época manuelina: funcionalidade e simbolismo

Na véspera da já mencionada conquista de Malaca (1511), Afonso de Albuquerque, reunido em conselho com os seus capitães, advertia que, mais importante do que subjugar a cidade, era fundar nela «a melhor, e mais forte, e possante forteleza que ouver n'estas partes»⁵⁶.

Como se vê, a arquitectura militar transformara-se num insubstituível instrumento de dominação, quer a nível político quer territorial. Mas, se tal ideia conheceu os desenvolvimentos mais significativos com Albuquerque governador, não se deve presumir que medidas anteriores de gestão militar, a começar por aquelas tomadas pelo vice-rei D. Francisco de Almeida (1505-1509), encerrariam um qualquer desprezo pelo assunto⁵⁷. Efectivamente, se na viagem inaugural de Vasco da Gama, que teve o seu almejado *terminus* no litoral de Calecute corria o ano de 1498, a questão talvez não se levantasse, é nítido que, quando Pedro Álvares Cabral alcança a Índia, dois anos depois, é já portador de ordens expressas para instalar algumas fortificações em terra. Razão por que, nos primórdios da feitoria que lançou em Cananor e que apenas visitava «de noite», o elemento-chave foi uma «bastida» ou estacada que, indo «de hum cabo a outro do mar», isolava uma muito favorável ponta rochosa, escolhida até por Cabral, que a solicitou ao monarca local. Com estas cautelas, o entreposto luso pôde crescer em segurança, recebendo mais trabalhos em 1502 e 1503⁵⁸, e estando pronto, já como «fortaleza muy forte», em 1508, isto segundo o que conta Gaspar Correia⁵⁹. Também o desenho que complementa o seu texto nos interessa, pois representa um testemunho precioso daquilo que D. Manuel I mandou construir nos territórios

⁵⁵ ANTT, Extras, fl. 187. Publicado em J. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. III, pp. 357-358. Cf. igualmente N. V. dos SANTOS, art. cit., pp. 139-140.

⁵⁶ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 234.

⁵⁷ Augusto BRANDÃO, «O Oriente», in R. MOREIRA (dir.), op. cit., p. 159.

⁵⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 336 e 348. Nessa altura, descarregou-se também em Cananor, de maneira encoberta, um arsenal de «tiros grossos (...) repairos, e soma de pelouros». Acrescente-se a curiosidade de logo o estabelecimento inicial, de 1500, ter recebido um serviço permanente de vigias. G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 168-169.

⁵⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 728-729.

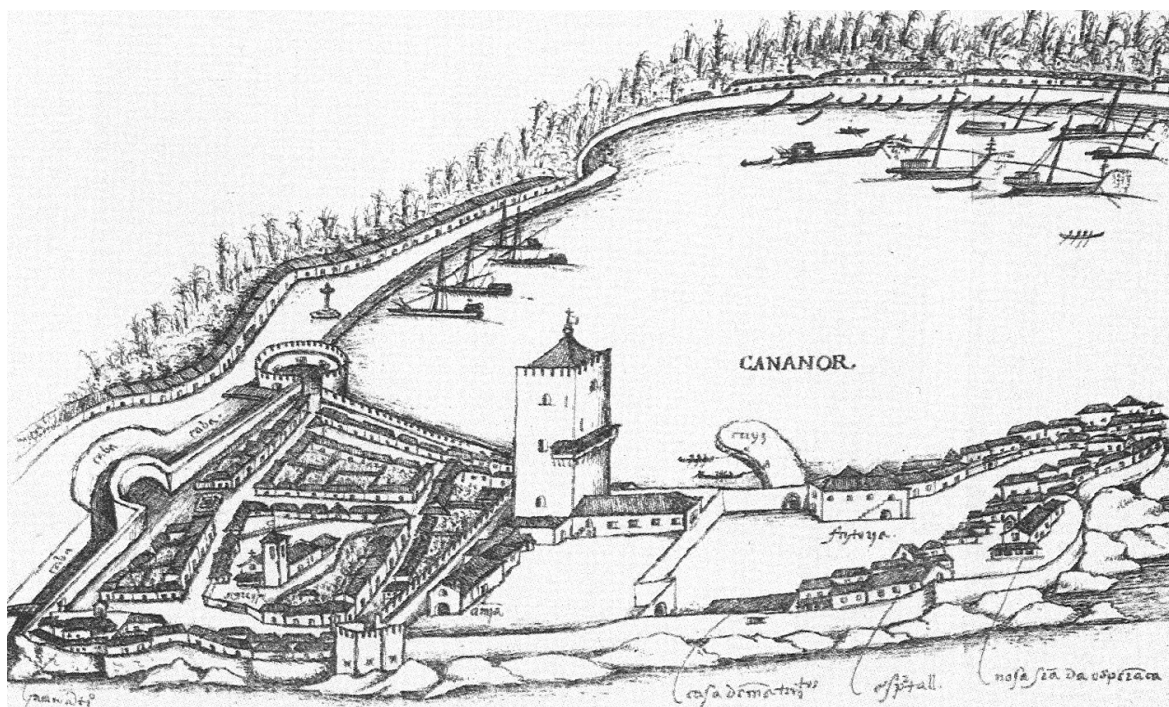


Fig. 4 – Desenho de Cananor, por Gaspar Correia por Gaspar Correia (*Lendas da Índia*, ANTT).

do Índico⁶⁰. Nele se distingue um organismo, repartido por vários núcleos, em que parece ter havido uma simbiose estreita entre o civil e o militar.

Assim, aos pés de avantajada torre de menagem, definia-se um perímetro «em quadra» reservado aos anexos da alcaidaria; em volta, correntezas de casas delimitavam ruas e logradouros, enquanto vários equipamentos urbanos avultavam também. Entre eles o hospital, quatro igrejas ou ermidas com os seus alpendres e campanários, a feitoria, o armazém/celeiro, o poço, a cerca e respectivas portas, o cais dando para a baía. Esse incipiente aglomerado populacional acabou, pois, por ocupar a maior parte do terreno disponível, mas na verdade tal não comprometeria as exigências defensivas. E é de notar que Gaspar Correia incluiu no seu desenho elementos que remetem explicitamente para o exercício da autoridade, tais como a bandeira a encimar a torre de menagem, a própria frente amuralhada que um amplo fosso separava da localidade indígena, e aquilo que deveria ser, situado já extramuros, um pelourinho igual aos de tantas vilas e cidades portuguesas.

Estamos convictos de que o partido arquitectónico, acentuadamente orgânico e com uma escala não excessivamente impositiva, reconhecível no exemplo de Cananor, terá sido apanágio da primeira leva de fortificações que Portugal ergueu na Índia, e cuja ambição não seria outra senão a da sua sobrevivência mais imediata. Todavia, à medida que as cores nacionais reforçaram a sua presença na zona, compreende-se que, nos lugares comercial ou militarmente mais relevantes, se haja optado por um tipo de ocupa-

⁶⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. III, fig. II.

ção mais condizente com um assumido estatuto de potência colonial, isto é, em que, embora continuando a dar-se absoluta primazia ao factor «localização» (com implantações exclusivamente na faixa costeira), foi feito um outro investimento na capacidade bélica e no impacto visual daquilo que aí se construía. Essa estratégia, que foi a de Afonso de Albuquerque, pressupunha o recurso à força, o que tornou caducas as instruções, muito mais conciliatórias, usadas por D. Francisco de Almeida na hora de «fazer fortaleza». O modelo «da Mina» (digamos assim) chegava ao fim, não propriamente por se mostrar esgotado, mas porque, no subcontinente indiano e áreas adjacentes, onde de longa data florescera uma intrincada trama de negócios e de influências políticas, a situação era radicalmente diferente. Quanto à distribuição que Albuquerque sonhou para a sua rede de praças-fortes, descobre-se que esta veio a abarcar cidades como Malaca, Goa, Ormuz e Adém, num imenso arco que, ao fechar-se de encontro à costa africana, cobria praticamente todo o Índico. Deste plano, o essencial terá sido concretizado, desenhando a geografia de um Estado da Índia lusíada cuja formação ainda hoje nos deixa pensativos.

Dê-se no entanto um pequeno salto atrás, até 1503. Nesse ano, com o posto fortificado de Cananor ainda em instalação, um outro é criado em Cochim, 230 km a sul, para o que se recorreu ao mesmo esquema por fases e previamente acordado com as autoridades da terra. Assim, com o objectivo de defender a barra próxima e aproveitando um «esteiro» que ficava «como Ilha», montou-se uma «tranqueira» emadeirada que recebeu várias bocas-de-fogo⁶¹. Quanto à obra da fortaleza definitiva, conforme era habitual só iniciada um par de anos depois (1506), foi acompanhada de perto pelo vice-rei, que para lá se deslocou e começou «a cauar em huma esquina», imitando-o três dos seus capitães nas restantes, «que a fortaleza auia de ser quadrada»⁶². Estes dados são relatados por um sempre providencial Gaspar Correia e, não obstante uma ou outra disparidade (em Cochim, as torres eram facetadas), trazem-nos à mente as fórmulas arquitectónicas do Castelo de S. Jorge da Mina.

⁶¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 384-393. Não desenvolvemos aqui, como se justificaria até amplamente, o caso das estâncias e fortalezas em madeira, pré-fabricadas ou não, a que os Portugueses tanto recorreram no Índico, com o próprio Afonso de Albuquerque a pedir em 1512 a D. Manuel I um «castelo de madeira» para as suas campanhas. Sobre o assunto, cf. José Custódio Vieira da SILVA, «Arquitectura em madeira na Expansão portuguesa», in Francisco Faria Paulino (coord.), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* (catálogo de exposição), resp. cient. Rafael Moreira, Porto, Infante 94 e CNCDP, 1994, pp. 27-34. Mas deve aludir-se a um ponto, relatado por Gaspar Correia, acerca de uma outra utilização, essencialmente propagandística, dessa arquitectura feita para ser «transportada». Referimo-nos a que um certo Diogo Fernandes de Beja, emissário português na Índia, jamais se esquecia de «mostrar suas grandezas» quando se instalava «fora no campo»; aí, numa tenda com «repartimentos de câmara e sala (...) na qual podião caber quinhentas pessoas», desenrolava-se uma requintada encenação de poder. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 369.

⁶² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 640. Cochim foi a primeira fortaleza de pedra que os Portugueses tiveram na Índia.

No que concerne à tecnologia construtiva, graças ao emprego das alvenarias de pedra e cal, tudo se revelava de uma apurada simplicidade⁶³; o que não devia dispensar, muito pelo contrário, um esforço acrescido de adequação às condições locais. Essa permanente atenção ou respeito para com o «sítio» redundou, aliás, num traço característico do sem-número de redutos fortificados que Portugal ali estabeleceu. Foi assim que nos alicerces da Fortaleza de Cochim, dada a proximidade da água, foi necessário utilizar uma pedra especial, «da Serra»; «d'ahy pera cyma» era a vez de «pedra molle, que com a cal tanto liaua, que depois se nom podia desfazer huma parede senão cortada dos machados, e picões»⁶⁴.

Já numa perspectiva mais global, é de apontar que o forte quadrangular protegido por cubelos aos cantos, após o seu baptismo no espaço atlântico (Angra, Mina, Tânger, Alvito, etc.), pôde também ser precocemente posto à prova na fachada oriental do continente africano. Aí, a fortificação portuguesa de Quíloa (1505) atingiu a «altura das ameas» em somente dezasseis dias, isto pelo concurso de abundante mão-de-obra nativa e porque o trabalho não cessou «de dia e de noute». O recinto, sem nada que faltasse, englobava «o aposento pera a gente» e a «casa da feitoria, e almazem», estando provido de bombardeiras baixas «pera vinte peças grossas, afora falcões e berços pera o muro»; ainda em acabamentos, celebrou-se missa na nova fortaleza, sendo a sua capitania entregue «a Pedro Ferreira, que a trazia por ElRey»; cem homens ficaram no local, entre «officiaes, feitores, alcaide mór, almoxarife, escriuães, crelegos» e «alguns degradados», outros cinquenta devendo assistir «Lopo de Goes Anriquez na sua naueta, pera guardar a costa»⁶⁵. Pouco tempo volvido, entre 1506 e 1508, foram concluídos redutos similares em Sofala e na ilha de Moçambique, onde expressamente se seguiu a «traça

⁶³ O abandono da tradição medieval das obras em cantaria obedeceu a factores, de cariz funcional e económico, relacionados com o advento da artilharia pirobalística. Ou seja, o edificado militar precisou então de se dotar de paredes com massa suficiente para absorver o impacto dos projecteis, o que motivou a procura de um material simultaneamente resistente, barato e fácil de obter; para tanto, as alvenarias de pedra argamassada com cal e areia (ou as alvenarias de tijolo, e até a taipa e os enchimentos em terra) surgiram como a resposta ideal, tendo dado lugar a algumas criações de génio nas obras do Além-Mar.

⁶⁴ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 640-642. O cronista acrescenta muitos outros dados, salientando sempre a qualidade das argamassas empregues. Em Goa (1510), a cal «se fazia de casca d'ostras queimadas». G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 157. Já em Ceilão (1518), porque «com a guerra ouve falta de cal», misturava-se nas paredes «hum barro que auia ahy na pedreira, que liaua mais que cal, com que a obra nom cessaua de se fazer». G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 544. Quanto à obra em Ormuz (1515), contou com a aplicação de uma pedra de «gesso», sendo este cozido «em fornos como cal (...) pisado e feito em pó (...)» e o pó em bacias feito em polme, que deitauão per antre as pedras (...), devendo notar-se que «marinheiros e grometes» também foram chamados a ajudar. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 438-439.

⁶⁵ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 542-543. A feitoria fortificada de Pacém (1520), na ilha de Samatra, viria de igual forma a acolher uma centena de homens, entre os quais vinte «officiaes e bombardeiros». G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 613. Os contingentes destacados para a maioria dos postos militares lusos não se afastariam muito dessa dimensão-tipo.

que ElRey mandara»⁶⁶, o que confirma o cuidadoso planeamento assegurado desde a metrópole; de resto, certas peças mais trabalhosas de obter em obra embarcavam já prontas a aplicar, como sucedeu com a «cantaria laurada pera janellas e portas» da Fortaleza de Sofala que, perdida que foi num naufrágio à saída de Lisboa, terá sido depois recuperada e ali usada⁶⁷.

Mas também era importante a versatilidade com que cada caso era tratado, algo que se percebe claramente no exemplo de Goa. A cidade, de que Afonso de Albuquerque se apossou por duas vezes (1510), achava-se já fortificada, pelo que se optou sobretudo por adicionar alguns cubelos à muralha em causa⁶⁸; quanto ao castelo preexistente, esse, foi integralmente reconstruído por Tomás Fernandes, «hum mestre d'obras muy sabido»⁶⁹ que, consoante é avaliado hoje em dia, terá sido o «grande obreiro» da transferência dos modelos do Atlântico para a «área imensa que era o Índico»⁷⁰. À luz disto, não surpreende encontrar na crónica das *Lendas da Índia*, mesmo sem sair dos trabalhos de fortificação em Goa, um mostruário completo do melhor do «estilo de transição»: «muy grossas paredes»; «peças grossas»; «coiraça pera hum baluarte oitavado (...) com suas bombardeiras ao lume d'agoa»; «muro de barbacã (...) todo com bombardeiras»; «larga caua»; «falso postigo»; «grande chapa pera a banda do rio»; «cubellos sobradados no andar do muro»; ou «bombardeiras que varejauão todo o muro»⁷¹. Comparativamente, e para lá do modelo específico de fortaleza escolhido, são sem sombra de dúvida estas soluções adaptativas e «transitórias» que tornam únicas as obras da escola manuelina de fortificação no Índico. Afigura-se até notável que um tipo de arquitectura marcadamente experimental, e que foi criado em ligação estreita às novidades da tecnologia militar do Renascimento na Europa, lograsse triunfar num contexto tão distante e tão diverso.

Conjecturando o que iria na mente do adversário, é de admitir que os novos princípios tácticos e arquitectónicos tenham acabado por despertar a sua curiosidade, pelo que também ele diligenciou para os passar à prática; e, como é natural, tentando explorar a fundo as particularidades de um território que dominava como ninguém. A situação de Mombaça, logo em 1505, parece paradigmática dessa capacidade de actualização, isto na medida em que esse porto do Leste de África apresentava já então «hum cubelo com artilharia, e da outra banda dous cubelos em guarda da barra»⁷². Em data tão

⁶⁶ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 577 e 786.

⁶⁷ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 535 e 572. Expedir de Portugal a «pedraria», tal como determinados outros materiais, representou um aspecto fundamental da empreitada de S. Jorge da Mina e tornou-se, depois, num traço distintivo das primeiras obras portuguesas no Índico. Quer dizer, esses materiais, se serviam de lastro aos navios, propiciavam ao mesmo tempo um utilíssimo meio de controlo e standardização daquilo que lá longe se ia construindo.

⁶⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 156.

⁶⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 157.

⁷⁰ Cf. R. MOREIRA (dir.), op. cit., p. 111.

⁷¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 158.

⁷² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 544.

precoce, a uma década do arranque da construção da Torre de Belém, nem em Lisboa haveria alguma coisa de semelhante a funcionar na sua plenitude, pelo que fica a dúvida se se tratou efectivamente de uma influência portuguesa, ou se esse progresso não terá sido antes fomentado por terceiros...

Reitere-se, contudo, que nenhuma destas obras dos anos iniciais de Quinhentos pode ser tida como genuinamente abaluartada, pois o verdadeiro «abaluartado» só se impôs bastante depois. Convém igualmente estar atento a que as edificações militares que Portugal espalhou pela orla do Índico foram surgindo e crescendo por etapas, em virtude do que, presentemente, há que discriminar para cada sítio aquilo que de forma objectiva pertence a uma dada época ou a uma dada campanha, e sempre com uma terminologia rigorosa que evite os anacronismos de vocabulário. Afortunadamente, os vários ciclos construtivos exibem diferenças sensíveis entre si e, se muitos dos imóveis mais antigos se perderam, dispomos da sua imagem – necessariamente idealizada – nos já referidos álbuns cartográficos dos séculos XVI e XVII. Aí se observam nitidamente, com os seus torreões baixos e redondos, os pequenos «fortes marítimos» do tempo de D. Manuel I, os quais em regra ocupavam posições-chave que o posterior envolvimento por cinturas pontuadas de baluartes pentagonais ainda mais faz ressaltar.

Mas, como é evidente, a abordagem destes temas carece de especial cuidado. Rafael Moreira, pelo conhecimento que deles possui (ver o seu capítulo «A época manuelina», na *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, de 1989, que aqui usámos amplamente⁷³), tem alertado justamente para o facto de que só com novos dados ou através de novas linhas de investigação será possível obter uma leitura fidedigna de um património tão singular. Não se alcança, assim, o que leva um perito como António L. Pires Nunes a afirmar que «a evolução durante a transição se fez diferentemente nas fortalezas de Portugal Continental e no Além-Mar» e «a sugerir que talvez não tenha havido influências recíprocas»⁷⁴. Cabe também questionar o porquê de Carlos de Azevedo, no texto pioneiro que dedicou às fortificações da «Índia portuguesa» (1959), não ter valorizado os elementos arquitectónicos mais improvisados ou menos convencionais – «de transição», conforme hoje os catalogamos – com que inevitavelmente se terá defrontado no decorrer do seu estudo. Com efeito, considerar que as fortalezas manuelinas, de resto não só as da Índia como as de Marrocos, «estavam, ainda, sob certos aspectos, muito presas a uma concepção medieval» e que não traziam «inovações» foi o assumir de um ponto de partida assaz limitado⁷⁵.

⁷³ Cf. R. MOREIRA (dir.), op. cit., pp. 91-142.

⁷⁴ António Lopes Pires NUNES, «As fortalezas de transição nos cartógrafos do século XVI», in *Livro do Congresso. Segundo Congresso sobre monumentos militares portugueses*, Lisboa, Património XXI, 1984, p. 65.

⁷⁵ Carlos de AZEVEDO, «A Arquitectura Militar», in *Arte cristã na Índia portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, p. 63. Recorde-se que um oficial da nossa Marinha, já tempos antes, no auge da 2.^a Guerra Mundial, dera à estampa um pequeno ensaio que, embora

Já o testemunho de Gaspar Correia, mostrando-se de tal modo minucioso, desvenda inúmeras outras características dessas primeiras praças lusas no Índico, tais como as cisternas escavadas na rocha, os poços «fortalezados», as guaritas em posições astuciosas, as atalaias e fachos por toda a parte, as «logeas de torres» transformadas em abrigos, ou as suas coberturas feitas com folhas de palmeira. Resultando estes tópicos mais de detalhe, será no entanto preferível inquirir em que tipo de locais dentro da Expansão terá a «torre costeira» marcado também presença.

Um caso deveras interessante ocorre na ilha de Moçambique, em cuja extremidade nordeste, numa plataforma rochosa que avança sobre o oceano, subsiste ainda o núcleo original – porventura datável de c. 1507 – do que terá sido uma requintada fortificação manuelina. Por estranho que se afigure, assim não tem sido cabalmente entendido, ao que se presume porque desde cedo a sua robusta estrutura acasamatada serviu para acolher uma capela, a qual ostenta o sugestivo nome de N.^a S.^a do Baluarte. Todavia, o imóvel conserva esplêndidas troneiras cruzetadas abertas na base de um perímetro poligonal de modulação precisa que, embora em ponto pequeno, evoca de imediato o da Torre de Belém. Nas duas situações, o que contava era poder varrer com disparos a água envolvente: ali, para resguardar o acesso ao «surgidouro» da vizinha baía de Mossuril; nas margens do Tejo, para proteger a capital do Reino e as suas riquezas. Uma tal interpretação, que não será difícil de aclarar em definitivo no dia em que a arqueologia vier a ocupar-se do monumento, está aliás em consonância com as fontes históricas, dizendo o cronista Frei João dos Santos em moldes explícitos que o edifício da «ermida de Nossa Senhora do Baluarte» foi «antigamente um baluarte»⁷⁶ – e não uma mera plataforma ou bateria descoberta para artilharia, como usualmente se supõe.

não confinado estritamente à análise arquitectónica, oferece pistas certas para o enquadramento da questão. Júlio GONÇALVES, *Seis Fortalezas Feitorias da Índia, Introdução a Uma História do Domínio Português no Oriente*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1942.

⁷⁶ Frei João dos SANTOS, *Ethiopia Oriental*, Vol. III, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1891, p. 269. Também D. João de Castro deixou uma planta do «Porto de Moçambique» com diversos edifícios torreados entre os quais, tudo leva a crer, está a torre (depois capela) a que nos referimos; no entanto, nesse desenho os contornos da ilha parecem demasiado fantásticas. *Roteiros de D. João de Castro (I). Roteiro de Lisboa a Goa (1538)*, apres. A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, fig. 7. Note-se que, se o imóvel remonta a 1507, como admitimos, fica posta em causa a sua tradicional atribuição ao ano de 1522. Este caso poderá, por outro lado, ter constituído uma variante à morfologia (com dois corpos) dominante entre as «torres artilhadas»; isto é, não nos surpreenderia se o volume da torre propriamente dita integrasse o dispositivo baixo que devia concentrar o poder de fogo da posição. Nestes termos, o modelo ali usado mostrar-se-ia mais afim daquele que é possível observar em protobaluartes como os do Castelo de Elvas ou da muralha exterior de Olivença, dois exemplos, sensivelmente coevos e tipicamente em «estilo de transição», que por sinal vieram depois a acolher locais de culto; já o seu espaço interno, coberto por característica abóbada artesoadada, encontra um paralelo óbvio no salão acasamatado do torreão manuelino do Castelo de Torres Vedras.

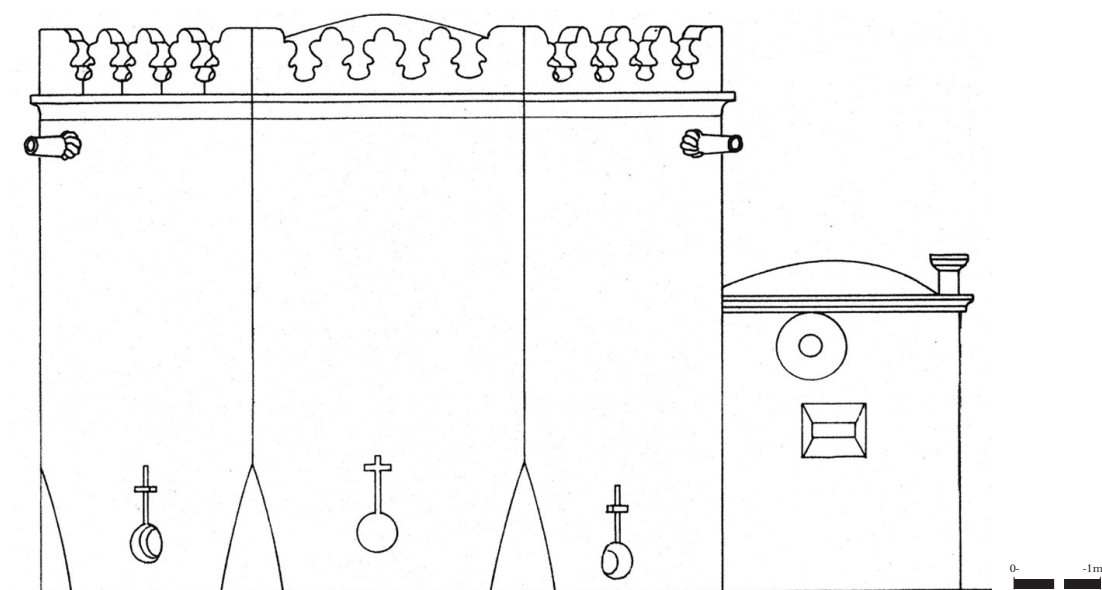


Fig. 5 – Ilha de Moçambique, antiga torre artilhada, alçado nordeste
(FONTE: Fundação Calouste Gulbenkian; Serviço Internacional).

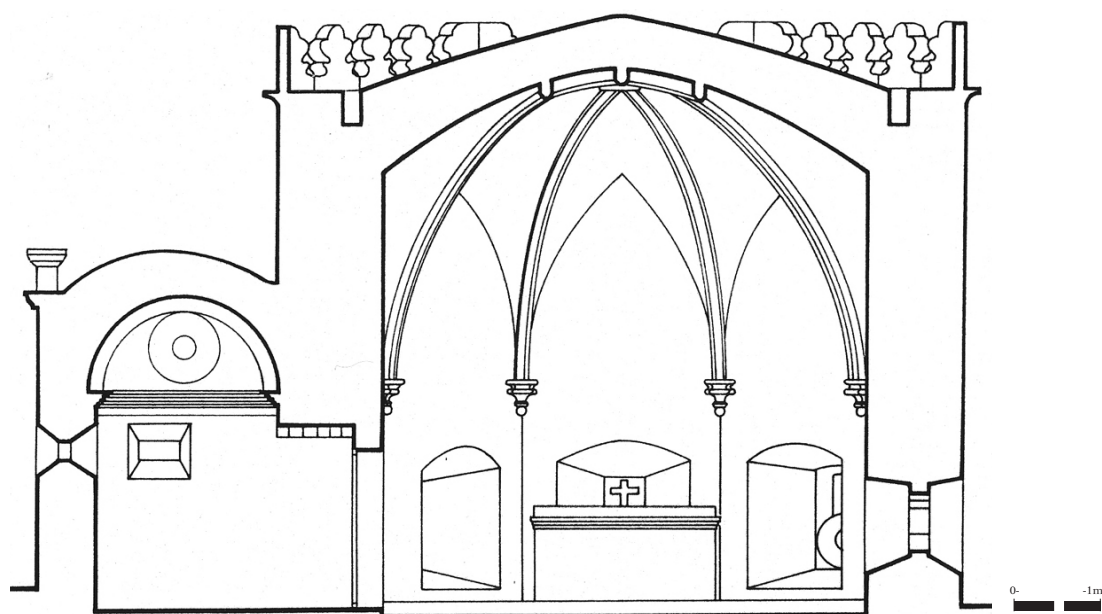


Fig. 6 – Ilha de Moçambique, antiga torre artilhada, corte transversal
(FONTE: Fundação Calouste Gulbenkian; Serviço Internacional).

Entre o grupo das torres vocacionadas para a vigia do litoral, já foi mencionada a de Coulão, situada na parte da Índia mais a sul (e que terá tido um programa misto), pelo que será de não esquecer o também meridional «castello de cyma», fundado em 1507 pelos Portugueses «antre os rios de Cranganor e Cochym», cuja «casa forte sobradada» dispunha de «dous tiros grossos» e «quatro falcões», os de calibre superior assestados «contra»

esses rios⁷⁷. É em Goa, porém, no fortalecimento de sítios ribeirinhos como os de Benasterim ou Pangim (1512), que parece acusar-se uma inspiração mais visível no esquema usado para a guarda marítima de Lisboa. Assim, sabe-se que Afonso de Albuquerque construiu no primeiro desses sítios «hum ferosa torre de grossas paredes», que possuía uma «varanda da banda da terra firme d'onde tirauão peças», e no segundo uma «coiraça com hum baluarte n'agoa, em que pôs boa artelharia», além de que mandou proteger outros «passos» da zona com medidas idênticas⁷⁸.

Mas, tanto quanto se pode depreender, as «torres marítimas» do Índico, seja pela sua antiguidade, seja por serem normalmente de um porte mais modesto do que os castelos com que rivalizavam na escolha dos fortificadores, produziram um rasto mais ténue no terreno, impondo-se por isso aproveitar ao máximo a memória iconográfica que delas nos ficou. Sucede também que, inclusive em sítios com uma acentuada vertente de defesa costeira, não era impossível o recurso a complexos de maior envergadura do que uma simples torre. Recorde-se o exemplo de Malaca, onde, mesmo à beira-mar, se optou por ter uma fortaleza completa (ver Fig. 1). O conjunto não enjeitou até um certo cunho de «reduto terrestre» tradicional, apostando-se no papel, muito afirmativo, da torre de menagem e numa assumida ideia de auto-suficiência e de encerramento face ao exterior, como Gaspar Correia realça no seu desenho⁷⁹; em compensação, diversas bombardeiras rasgavam-se sobre a água, o que acabou por gerar uma peça de difícil classificação tipológica. Mas Malaca interessa-nos identicamente por testemunhar esse lado simbólico das edificações castrenses: desde logo, pela «monumentalização» da sua inconfundível torre, que, ao levantar-se acima de um morro próximo e ao exhibir no alto um coruchéu pontiagudo, uma bandeira e todo um elegante coroamento ameado, ombrearia sem dificuldade com as mais sumptuosas do Reino⁸⁰; em paralelo, com os seus andares erçados de bocas-de-fogo, e com a colocação, ornando a porta da muralha anexa, do brasão das quinas, da cruz de Cristo e das esferas da divisa de D. Manuel I, só se reforçava uma vincada imagem «de poder», sem dúvida ali intencionalmente pretendida pelo monarca.

Tudo somado, talvez que esse aparato de patrocínio régio até levasse a melhor sobre a estrita funcionalidade defensiva da posição. Eram as contradições da época, as quais, se não se podem supor exclusivas do Oriente, ganharam lá uma expressão evidente. Um caso-limite será o da Fortaleza de Calecute, onde o arcaísmo da torre de menagem não se prendia tanto com a respectiva altura, mas muito mais com a circunstância de ter sido implantada a meio do recinto muralhado – um género de arranjo que no território nacional já havia caído em desuso há séculos⁸¹.

⁷⁷ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 738.

⁷⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 314 e 315.

⁷⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, fig. II.

⁸⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 251-252.

⁸¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, fig. III.

De sentido inverso, Gaspar Correia narra um episódio que ilustra o elevado nível atingido por Portugal na instalação e defesa das suas praças no continente asiático. Em Ormuz, à entrada do golfo Pérsico, nas vésperas do Natal de 1521, os muçulmanos tentavam apoderar-se da fortaleza que Afonso de Albuquerque aí erguera. A guarnição portuguesa, se não podia saber que, em Lisboa, el-rei D. Manuel acabava de morrer, estava no entanto prevenida da iminência (e dos pormenores...) de um assalto a perpetrar com o apoio de centenas de escadas, pelo que deixou que o mesmo se iniciasse sem esboçar qualquer réplica. Apenas então, subitamente, foi desobstruída uma abertura que havia sido dissimulada numa torre do sector investido e foi dada ordem para que, daí, abrisse fogo uma bombarda «roqueira de ferro, que estaua bem apontada de longo do muro». Tão-só dois tiros bastaram para destroçar a totalidade das escadas, além de que os nossos empregaram ainda uma segunda peça – um «canello» –, que ampliou o efeito de surpresa, contando-se no final pesadas baixas entre a hoste sitiante⁸². O tiro «de enfiada» prestava as suas provas, e fazia-o com distinção, como se demonstra.

As mudanças no quadro cultural

Não custa reconhecer o cariz híbrido da moldura técnica e cultural em que se movimentou o fortificador manuelino. Assim, se a herança medieval não foi abandonada por inteiro, a verdade é que determinadas facetas mais actualizadas se insinuaram na sua prática profissional. Quanto à origem dos modelos de fortaleza, «de transição», que a monarquia portuguesa levou para o Índico nos alvares do século XVI, ela tem de ser encontrada, como se expôs, recuando até à construção do Castelo de S. Jorge da Mina e até ao início do estabelecimento, sensivelmente pelos mesmos anos (1481-1482), do sistema defensivo do porto de Lisboa. De facto, nas últimas décadas de Quatrocentos, a vida em Portugal renovou-se intensamente nas mais diversas vertentes, incluindo a da produção arquitectónica, e, conquanto em alguns meios tais modificações já estivessem em gestação, sem que a política interna tendesse de maneira irreversível para o reforço da autoridade régia, fundamentalmente com D. João II e a seguir com D. Manuel I, a receptividade aos valores «modernos» não podia ser total. É de lembrar, enfim, que a rivalidade com Castela, sempre latente em vida do *Príncipe Perfeito*, obrigou este a manter-se ao corrente das «novidades» da Europa do seu tempo e a conduzir os assuntos da Expansão com uma grande ambição estratégica, o que se sublinha tão enfaticamente no conteúdo do Tratado de Tordesilhas, firmado – em 1494 – a menos de ano e meio da sua morte.

Há também que dizer, especificamente a respeito da organização dos estaleiros de obra, que a mesma foi muito condicionada pela revolução que o Renascimento impulsionou nas mentalidades. Ao procurar entender

⁸² G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 691-693.

como as coisas se terão passado, descobre-se, nos documentos tardo-quatrocentistas e quinhentistas relativos a edificação (fosse ela militar ou não), uma inusitada e crescente referência a «pinturas», «debuxos», «mostras», e aos mais variados «regimentos» e «apontamentos», manifestamente porque se tornou então habitual prever uma fase de projecto, mais ou menos rudimentar, antes de se arrancar com as obras em si. A vantagem que tal representava para a consolidação do domínio português além-mar seria imensa, já que, mesmo em lugares recônditos que houvesse necessidade de defender, era fácil recorrer-se a um esquema predefinido e, desse modo, colocar de pé uma fortaleza totalmente funcional sem complicações de maior.

No tocante à arquitectura militar, foi por conseguinte através de uma resposta devidamente amadurecida que a Nação cumpriu a sua sobrecarregada agenda imperial; e, apesar da proveniência estrangeira de muito do que era «novo», a sua aceitação ter-se-á processado de forma relativamente pacífica. Em paralelo, com a adopção de um «léxico» arquitectónico que fixava o formato das torres, dos panos de muralha, dos postos para artilharia, etc., tudo se simplificou, redundando a «ordenação» concreta de cada fortaleza nos locais disponíveis no principal ponto a cuidar. E claro que haveria sempre ensejo de limar uma ou outra aresta, pelo que, dispondo-se à partida de esqueletos construtivos (em alvenaria) fiáveis e cómodos de obter, o resultado apresentava-se mais do que satisfatório, só faltando acrescentar que a pirâmide técnica assim criada era de tal flexibilidade que muitas obras puderam ser dirigidas pelos capitães da armada ou por um qualquer mestre-pedreiro.

Para o período que aqui nos ocupa, uma derradeira questão deve ser levantada: o ciclo de mudança, já referido, que o desenvolvimento da pirobalística acarretou para o conjunto das actividades bélicas acompanhou de perto a vulgarização das «traças» enquanto instrumentos de coordenação das obras. Ou seja, a exigência de ter fortificações bem adaptadas à artilharia de fogo ocorre exactamente quando também novos métodos para a definição do seu desenho tomavam forma, numa coincidência cronológica que se enriqueceu, além disso, com interessantes implicações políticas, visto que o novo armamento constituiu um apoio importantíssimo à concentração dos mecanismos de decisão na Coroa – esta inegavelmente a única entidade capaz de suportar exércitos ou armadas com custos de equipamento e manutenção cada dia mais avultados. Para Portugal, a abertura da Rota do Cabo concedeu a estes problemas uma acuidade gritante, mas D. Manuel I lidou com eles admiravelmente, isto porque, além do desafoço financeiro em que reinou, teve o talento de moldar a sua governação a uma época efectivamente excepcional. Onde, e uma vez que estão em exame a guerra e as realizações arquitectónicas por ela determinadas, parece útil recapitular certos pontos da cultura técnica nacional na passagem do século xv para o xvi:

- a) as explorações oceânicas marcaram fortemente a maneira como a «modernidade» se difundiu no País, o que fez germinar um espírito

experimentalista que, por sua vez, retirou da obscuridade os homens de ciência e os chamados «oficiais mecânicos», a quem Diogo Lopes Rebelo, no seu tratado *Do Governo da República pelo Rei* (1496), via como «artistas», considerando-os agentes sociais da mesma relevância que «sacerdotes» e «militares»⁸³;

- b) o dito autor aconselhava o rei a rodear-se de súbditos «exercitados na arte da guerra e doutos em questões militares»⁸⁴, sendo que muitos dos capitães que, ao serviço de Portugal, rumaram a África e, pouco depois, aos domínios orientais, respondiam em absoluto ao perfil estipulado – senão, lembremo-nos de figuras como Diogo de Azambuja, Duarte Pacheco Pereira, Vasco da Gama ou Afonso de Albuquerque, autênticos heróis que assumiram com uma invulgar competência as missões que lhes foram confiadas;
- c) sempre de acordo com Diogo Lopes Rebelo, cabe aos soberanos «fortificar o reino, para ter cidades inexpugnáveis, de muros bem construídos»⁸⁵; este desígnio, com as inevitáveis adaptações ao contexto extra-europeu, foi o de D. Manuel I, conforme já fora também o do seu antecessor, não deixando de ser impressionante o pormenor – com menção a «fossos profundos, ante-muros e outras defesas aptas para a guerra» – a que o teólogo e tratadista de finais do século xv desce ao discorrer sobre fortificações⁸⁶;
- d) em Itália, os primeiros tratados ilustrados sobre arquitectura militar tinham visto a luz do dia havia pouco, o que outorgou uma nova racionalização e disciplina interna ao arranjo das fortalezas, devendo essa informação ter alcançado Portugal rapidamente⁸⁷, decerto com uma influência positiva sobre as medidas de defesa e fortificação então decididas, fosse para dentro ou para fora de fronteiras.

Voltando ao espaço do Índico, é de salientar que, no detalhe, as obras militares lá erguidas acabavam por depender de uma multiplicidade de

⁸³ Diogo Lopes REBELO, *Do Governo da República pelo Rei*, introd. A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1951, p. 57.

⁸⁴ D. L. REBELO, op. cit., pp. 144-145.

⁸⁵ D. L. REBELO, op. cit., p. 144.

⁸⁶ D. L. REBELO, op. cit., p. 144. Se tais preocupações podem parecer deslocadas num livro de doutrina política, tenha-se presente que a arquitectura – toda a arquitectura aliás – estava entretanto a transformar-se num ramo prioritário da acção dos poderes públicos.

⁸⁷ Rafael Moreira revelou que justamente as propostas de Francesco di Giorgio Martini, o «grande teórico italiano de finais do século XV», devem ter influenciado a volumetria dada à Torre de Belém. Cf. Rafael MOREIRA, «A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal», in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Actas do Simpósio Internacional – IV Centenário da morte de João do Ruão, Coimbra, Epartur, 1981, pp. 281-305. Uma situação análoga poderá ter ocorrido já na obra, quatrocentista, da Torre de Caparica. Cf. Pedro A. I. CID, op. cit., *passim*.

factores. As respectivas «traças» e listas de sítios a ocupar podiam ser expedidas do Reino, mas depois o cumprimento dessas instruções ficava a cargo dos vice-reis ou governadores, os quais por sua vez apelavam à ajuda de um arquitecto ou dos tais capitães e outros práticos, que beneficiavam assim de uma considerável liberdade de acção cujos efeitos são difíceis de avaliar ao fim de quinhentos anos. E até essa liberdade conseguia ver-se amplificada por querelas e desobediências várias, havendo registo de uma atitude desse género com um António Real, comandante da Fortaleza de Cochim, que, em 1511, se dedicou a «fazer huma casa de pedra pera sy» – um atrevimento que por sinal foi mandado castigar «rigorosamente» por Afonso de Albuquerque⁸⁸.

Este incidente suscita uma outra reflexão, a de saber quais as verdadeiras motivações de quem partia para longe da Pátria. Pretender aí «servir» era inteiramente legítimo, mas traduzia também, amiúde, uma sede de enriquecimento pessoal. Em Marrocos, fazer fortuna aparecia como um fruto natural da guerra, vingando o princípio, tão medieval, de que qualquer batalha provoca despojos e que estes são por direito do vencedor⁸⁹; mas, no momento em que esta lógica se transfere para o Índico, onde o trato das especiarias e de tantos outros produtos diversificava enormemente as oportunidades de negócio, compreende-se que nem sempre fosse possível à fazenda régia acautelar os seus rendimentos – até pelos seus próprios representantes.

A «crónica» do Estado Português da Índia veio, pois, a alimentar-se de muitas «circunstâncias» e de muitas situações largamente à margem das regras instituídas. E tudo possuía afinal a sua origem a montante, isto é, no Reino, como se demonstra pelo exemplo de um alcaide-mor de Castro Marim nos anos iniciais do século XVI. Com efeito, este, de nome Garcia de Melo, ou devido à fama que as suas façanhas no Norte de África lhe terão granjeado, ou tão-somente pela sua condição de membro de uma linhagem poderosa, pôde impunemente aterrorizar os moradores da terra, despojando-os dos seus bens e chegando a afugentá-los para a vizinha povoação de Aiamonte⁹⁰. Dir-se-á que tal só aconteceu por se tratar de uma localidade raiana, situada a grande distância da corte, mas nas praças do Além-Mar essa distância seria ainda muito superior. Adivinha-se, desta forma, que o «nobre-guerreiro», figura do passado, cultivava um padrão de comportamento em que os privilégios eram sentidos como algo de intrínseco, algo de eterno.

⁸⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 182.

⁸⁹ Cf. Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 157-168.

⁹⁰ Este alcaide vem denunciado numa queixa da época (ANTT, Gavetas, XX-5-14). Cf. o estudo de Luís Miguel DUARTE, «Garcia de Melo em Castro Marim (A actuação de um alcaide-mor no início do século XVI)», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, Vol. V, Porto, 1988, pp. 131-143.

Mas, com o andar do tempo, novas classes e novos grupos profissionais que não exclusivamente a fidalguia começaram a relacionar-se com os círculos do poder. E, no caso dos estaleiros militares, é manifesto que a modernização necessária terá experimentado entraves bem menores, já que a especialização aí requerida, aliada ao modesto estrato social dos seus actores principais⁹¹, ditou que a orgânica do sector depressa se recompusesse, logrando assim dar resposta à urgência do País em remodelar a sério as suas defesas. Seguindo esta ideia, constata-se que um certo primado da competência, após invadir as actividades com maior conteúdo técnico e as artes mecânicas em geral, veio a impor-se igualmente na própria estruturação militar do Reino. De facto, quando a Idade Média é deixada para trás, todas as corporações militares da Nação conhecem uma nítida tendência profissionalizante que não mais se apagará.

E mesmo num domínio tão particular como o da heráldica, essas mudanças culturais se acusaram, vindo Diogo de Azambuja a obter, em 1485, licença de incorporar no respectivo escudo «hũ castello aalem das armas suas que tem»⁹², como se apenas esse preciso motivo arquitectónico pudesse evocar a sua memorável missão no litoral da Mina. Quanto a Diogo Cão, já um ano antes recebera mercê idêntica, ficando autorizado a incluir no seu brasão pessoal duas colunas⁹³, numa alusão óbvia aos padrões que levou consigo nas viagens de exploração que conduziu abaixo do equador.

Os padrões, esses fascinantes «marcos» de propaganda e apropriação territorial, constituem um fecho ideal para as nossas considerações. Se a sua ascendência era italiana⁹⁴, foi Portugal que os implantou desde as praias do Tejo até aos confins da África Austral, e os fez depois atingir as costas do oceano Índico. Testemunhos silenciosos da amplitude planetária tomada pelos Descobrimentos, os padrões simbolizam também na perfeição a continuidade entre a acção de D. João II e D. Manuel I, um ponto que reputamos essencial e que aqui procurámos documentar oolhando para a prática da arquitectura militar no palco ultramarino.

Mas examine-se o que as *Lendas da Índia* explicam acerca da colocação de padrões. Há dois reparos fundamentais a produzir, prendendo-se ambos com modificações surgidas no reinado manuelino: em primeiro lugar,

⁹¹ Ao tempo, os oficiais ligados à construção eram oriundos do povo comum, mesmo no caso dos arquitectos mais distintos, só no século XVI a situação vindo a alterar-se parcialmente. Cf. Pedro DIAS, *A Viagem das Formas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 22 e 27. Cf. também nota 20 do presente artigo.

⁹² J. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. III, p. 291. Doação de 17 de Março de 1485.

⁹³ J. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. III, pp. 273-274. Doação de 14 de Abril de 1484. Diogo Cão foi nobilitado nessa ocasião, pois, ao contrário de Azambuja, era de classe social baixa. Diga-se que, no fim do reinado de D. Afonso V, também o mercador Fernão Gomes obtivera já um brasão de armas alusivo às suas actividades comerciais no golfo da Guiné.

⁹⁴ Cf. Rafael MOREIRA, «O hospital real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos, 500 anos* (catálogo de exposição), Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, p. 27.

percebe-se que, com o *Venturoso*, os padrões terão passado a ser levantados sobretudo junto de núcleos populacionais ou à entrada dos portos visitados, como sucedeu em Melinde (1498)⁹⁵ ou em Mombaça (1505)⁹⁶, neste último caso representando aliás a coluna aí deixada uma «lembrança e penhor de paz», pois a cidade fora havida «per guerra», só então o seu rei se tendo submetido; em segundo lugar, e não obstante o relato de Gaspar Correia parecer um pouco fantasioso, descobre-se que, para erigir muitos desses pesados esteios de pedra, entrou em cena o já citado D. Lourenço de Almeida, que sozinho os conseguia pôr de pé⁹⁷.

A prodigiosa força desse «tão grande» cavaleiro encantou as cortes orientais onde foi recebido. Todavia, os seus dotes físicos e morais de nada lhe valeram quando o seu barco ficou encurralado durante um recontro no rio de Chaul (1507)⁹⁸. Os «Rumes» postaram-se a certa distância e roubaram-lhe a vida com um tiro de artilharia. A nobre arte da guerra já não existia.

Bibliografia

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas* (fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), introd. Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, ANTT e Edições Inapa, 1997.

AZEVEDO, Carlos de, «A Arquitectura Militar», in *Arte cristã na Índia portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 59-90.

BRANDÃO, Augusto, «O Oriente», in Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 159-187.

BRITO, J. Soeiro de e TEAGUE, Michael (coord.), *Livro de Lisuarte de Abreu*, Lisboa, CNCDP, 1992.

CAMPOS, Alexandra Curvelo da Silva, *A imagem do Oriente na Cartografia portuguesa do século XVI*, dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, FCSH-UNL, 1996.

⁹⁵ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 66. A data indicada por Correia é corrigida para inícios de 1499 num estudo de Rafael Moreira de consulta indispensável para a correcta contextualização do fenómeno dos padrões portugueses. Rafael MOREIRA, «Le pilier de Malindi, seul vestige matériel du premier voyage de Gama», in *Vasco da Gama e a Índia*, Conferência Internacional (Paris, 11-13 Maio, 1998), Vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 300 e nota 23.

⁹⁶ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 559.

⁹⁷ Gaspar Correia enumera (com algum exagero?) diversos padrões deixados no litoral do Índico. Segundo ele, na armada de Vasco da Gama «vinhão seis» destas colunas; e é também sua a indicação de que a «columna de pedra com os escudos das armas» que ficou «sobre a baía», em Ceilão (1506), foi uma daquelas que D. Lourenço de Almeida terá instalado. G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 66 e 654.

⁹⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 764-767. D. Francisco de Almeida jurou vingança pela morte do filho, proclamando, ameaçador, que «quem o frangão comeo, ha de comer o galo, ou pagalo». G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 775.

- CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARVALHO, Andreia Martins de e PELÚCIA, Alexandra, «Os primeiros fidalgos na costa da Guiné», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 127-138.
- CID, Pedro de Aboim Inglez, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, 2 vols., dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, UNL-FCSH, 1998.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, introd. Manuel Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.
- CORTESÃO, Armando (ed.), *The Suma Oriental of Tomé Pires and the book of Francisco Rodrigues*, Vol. I, London, Hakluyt Society, 1944.
- CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. I, Lisboa, 1960.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», *Mare Liberum*, Vol. 17, 1999, pp. 39-71.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 87-114.
- DAVEAU, Suzanne, «A propósito das “pinturas” do litoral marroquino incluídas no *Esmeraldo de Situ Orbis*», *Mare Liberum*, Vol. 18-19, Dez. 1999-Jun. 2000, pp. 79-132.
- DIAS, Pedro, *A Viagem das Formas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- DIAS, Pedro, *História de Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*, Vol. IV, Lisboa, CML, 1959.
- DUARTE, Luís Miguel, «Garcia de Melo em Castro Marim (A actuação de um alcaide-mor no início do século XVI)», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, Vol. V, Porto, 1988, pp. 131-143.
- FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC, 1982.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*, Lisboa, Livraria Ferin, 1915.
- GARCIA, José Manuel, «Livro das Fortalezas», in Francisco Faria Paulino (coord.), *O Testamento de Adão* (catálogo de exposição), Lisboa, ANTT, CNCDP, 1994, pp. 196-197.
- GARCIA, José Manuel, «Tesouros da Cartografia Portuguesa em Portugal», in *Tesouros da Cartografia Portuguesa* (catálogo de exposição), Lisboa, Edições Inapa, CNCDP, 1997, pp. 35-114.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, Parte II, Coimbra, 1953.
- GONÇALVES, Júlio, *Seis Fortalezas Feitorias da Índia, Introdução a Uma História do Domínio Português no Oriente*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1942.

- MARQUES, João Martins da Silva (dir.), *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história*, Vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971.
- MONOD, Théodore, *L'île d'Arguin (Mauritanie), essai historique*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1983.
- MOREIRA, Rafael, «A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal», in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Actas do Simpósio Internacional – IV Centenário da morte de João do Ruão, Coimbra, Epartur, 1981, pp. 281-305.
- MOREIRA, Rafael (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- MOREIRA, Rafael, «O hospital real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos, 500 anos* (catálogo de exposição), Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, pp. 23-30.
- MOREIRA, Rafael, «Le pilier de Malindi, seul vestige matériel du premier voyage de Gama», in *Vasco da Gama e a Índia*, Conferência Internacional (Paris, 11-13 Maio, 1998), Vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 295-307.
- NUNES, António Lopes Pires, «As fortalezas de transição nos cartógrafos do século XVI», in *Livro do Congresso. Segundo Congresso sobre monumentos militares portugueses*, Lisboa, Património XXI, 1984, pp. 54-66.
- PEREIRA, Paulo, «Iconografia dos Descobrimentos», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 505-513.
- PINA, Ruy de, *Croniqua DelRey Dom Joham II*, Coimbra, Atlântida, 1950.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanistas da Universidade de Coimbra, 1985.
- REBELLO, Jacinto Ignacio de Brito (coord.), *Livro de Marinharia, Tratado da agulha de marear de João de Lisboa. Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos á navegação*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1903.
- REBELO, Diogo Lopes, *Do Governo da República pelo Rei*, introd. A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1951.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de dom João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «As Companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580. Ensaio de criação do insucesso», *Oceanos*, Vol. 19-20, Set.-Dez. 1994, pp. 212-218.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 157-168.
- Roteiros de D. João de Castro (I). Roteiro de Lisboa a Goa (1538)*, apres. A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.
- RUBIM, Nuno Varela, «D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas», *Revista de Artilharia*, n.ºs 768 a 771, Ago.-Nov. 1989, pp. 119-142; e n.º 772, Dez. 1989, pp. 215-227.

- SANTOS, Catarina Madeira H. dos, *Goa é a chave de toda a Índia*, Lisboa, CNCDP, 1999.
- SANTOS, Frei João dos, *Ethiopia Oriental*, Vol. III, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1891.
- SANTOS, Nuno Valdez dos, «Artilharia e Artilheiros do Mar», *Oceanos*, Vol. 38, Abr.-Jun. 1999, pp. 137-140.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira, 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- SILVA, José Custódio Vieira da, «Arquitectura em madeira na Expansão portuguesa», in Francisco Faria Paulino (coord.), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* (catálogo de exposição), resp. cient. Rafael Moreira, Porto, Infante 94 e CNCDP, 1994, pp. 27-34.
- SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Vol. II, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, s.d. [195?].
- THOMAZ, Luís Filipe Reis, *De Ceuta a Timor*, Algés, Difel, 1994.
- VASCONCELOS, Basílio de (ed.), «Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (*excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- VITERBO, Francisco de Sousa, *Fundidores de Artilharia*, Lisboa, Imprensa da Casa Real, 1901.
- VOGT, John, *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, The University of Georgia Press, 1979.